



Anais da Assembléia

Nº 029

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

Ato da Presidência:

S E S S Ã O.

RESOLUÇÃO Nº 008/92

DATA: 02 de abril de 1992

SOMULA: Aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício de 1990.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do art. 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Artigo Único - São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1990.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.04.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1992 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Tadeu Lúcio Machado, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombrino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elno Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Duílio Lenari e Orlando Pessuti (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/37/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 246/91. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/38/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 568/91. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/32, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42 e 43/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

572/91: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do Município de Tibagi, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.909. Anote-se. Arquive-se.

564/91: De autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO DE BRITO - AMCSB, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.910. Anote-se. Arquive-se.

463/91: De autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SEGREDO - ACDS, com sede em Salto Segredo, Distrito de Cândói, no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.911. Anote-se. Arquive-se.

567/91: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a

ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.912. Anote-se. Arquite-se.

003/92: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza doar o imóvel que especifica, ao Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.921. Anote-se. Arquite-se.

004/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS, que reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.920. Anote-se. Arquite-se.

010/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS, que reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos cargos efetivos constantes do anexo II, da Lei nº 9.436/90 do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.919. Anote-se. Arquite-se.

021/92: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a contratação de operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 junto ao BIRD, para financiamento de projetos do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba Bacia do Alto Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.918. Anote-se. Arquite-se.

593/91: De autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE BEM-ESTAR A CRIANÇA, com sede e foro no Município de Tomazina, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.922. Anote-se. Arquite-se.

OFÍCIO Nº 141/92-CS
Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência e a Mesa desta Casa de Leis, que em data de 1º de abril do corrente, filiei-me ao Partido Liberal (PL), deixando assim de fazer parte da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 07.04.91.

(a) CARLOS SIMÕES

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no art. 159 do Regimento Interno, após ouvido o nobre Plenário, o adiamento por 10 (dez) sessões,

para discussão e aprovação do Projeto de Lei nº 465/91.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamto: Colombino Grassano, Albino Corazza, Heinz Herwig, Ernani Pudell e Paulo Maia.

REQUERIMENTO Nº 346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no art. 159 do Regimento Interno, após ouvido o nobre Plenário, o adiamento por 10 (dez) sessões, para discussão e aprovação do Projeto de Lei nº 563/91.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamto: Colombino Grassano, Ernani Pudell, Heinz Herwig, Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação, bem como os projetos aprovados na sessão de 01.04.92.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 347

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja o Projeto de Lei nº 563/91 juntado à Mensagem Governamental nº 113/91, em conformidade com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(aa) ERNANI PUDELL
OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O apensamento do Projeto de Lei à mensagem governamental, proporcionará um exame conjunto do Plenário, em razão de tratarem de matéria similar, com fulcro no artigo 121 do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 358

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja retificado o requerimento nº 286/92, de sua au-

teria, publicado no Diário da Assembleia de 24 de março de 1992, na parte que dispõe sobre o número de membros a integrar a CPI do BADEP.

Requer, outrossim, que a referida CPI seja composta de nove membros, distribuídos de acordo com o § 5º do Artigo 36 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a juntada do Projeto de Lei nº 066/92, de autoria do Deputado Paulo Maia, que determina que o Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações, associações ou sociedades civis que restringem o direito da mulher ao emprego urbano ou rural, ao Projeto de Lei nº 080/92, de autoria do Deputado Florivaldo Fier, que impõe sanções administrativas aos estabelecimentos nos quais sejam praticados atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher e dá outras providências, de acordo com o art. 121 do Regimento Interno desta Casa de Leis, tendo em vista que os mesmos dispõem sobre matérias idênticas e merecem pareceres únicos nas Comissões Permanentes desta Casa.

Vale informar que os Projetos de Lei encontram-se com esta Parlamentar para exarar Parecer na douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inversão para discussão e votação da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) TADEU LOCIO MACHADO

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, no uso de suas atribuições, vem a presença de Vossa Excelência, REQUERER, a cessão das dependências do Salão Nobre desta Assembleia Legislativa, para amanhã, dia 08, às 14:00 horas, ocasião em que se realizará ato público de ingresso do ilustre Deputado Paulo Maia no Partido liderado pelo subscritor, solenidade essa que contará com a presença do Excelentíssimo

Senhor Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 348

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a Vossa Excelência o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requão, da seguinte proposição:

"Senhor Governador, o Município de Piraquara, assim como diversos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, vem assistindo o verdadeiro desespero em que encontram-se os alunos da Rede Estadual de Ensino, que residem na zona rural. A maioria destes, terminando já o 2º bimestre de aulas, a nenhuma puderam comparecer e outros compareceram às aulas, vindos de 10, 15 ou mais quilômetros de distância das Escolas, arriscando a vida pelo uso de transporte inadequado (trator, etc.), em razão de que até a presente data o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação, não assinou o convênio com a Empresa Verde - responsável pelo transporte de escolares da zona rural do Município de Piraquara.

O desespero de pais e alunos, fizeram com que em data de ontem, promovessem uma passeata pela cidade, na qual, mais de 300 alunos pediam e clamavam às autoridades o direito de estudar.

Para isso precisam de transporte.

Pelo presente solicitamos a Vossa Excelência que determine as providências necessárias a que, com a maior urgência, seja assinado o convênio que permitirá o transporte dos alunos das escolas estaduais do Município de Piraquara."

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, profundamente sensibilizado, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Exmo. Senhor Ilton Leandro de Souza, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Caiuã, como de sua filha Elen Renata Leandro de Souza, ocorridos em inditoso acidente automobilístico, às 22 horas do dia 04.04.92, no Km 07 da BR-158, trecho entre Paranavaí e São João do Caiuã.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, Líder do PDT pede a inserção nos Anais da presente sessão de voto de profundo pesar pelo falecimento do Padre Octaviano Marchi SJ, da Companhia de Jesus, professor de latim, francês e língua portuguesa, por 30 anos educador em Curitiba, e um dos mentores do Colégio Nossa Senhora Medianeira.

Natural de Nova Trento, Santa Catarina, terra do apostolado de tantas vocações religiosas, inclusive a de Madre Paulina, recentemente beatificada pelo Papa João Paulo II, o Padre Octaviano foi dedicado professor, atento diretor do Colégio e impecável jesuíta. Discreto, amigo, fez comparecerem às suas exéquias legiões de ex-alunos e alunas, sobremaneira famílias ligadas ao Colégio Medianeira. Merecedor de memória pelo seu papel patriótico como educador e mentor moral da juventude, Padre Octaviano entra para a eternidade com trajetória que sugere dever cumprido.

Na qualidade de seu ex-aluno dou profundo e sentido testemunho de sua grandeza moral.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 349

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a Vossa Excelência a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações, pela posse, em Brasília no último dia 24 de março, do Dr. Francisco de Paula Xavier, na Presidência da Associação Brasileira dos Magistrados.

Dr. Francisco de Paula Xavier, Vice-Presidente do Tribunal de Alçada do Paraná, filho de tradicional família paranaense - Dona Ione de Paula Xavier e do falecido Desembargador Francisco de Paula Xavier, de há muito vem demonstrando sua liderança dentro da Magistratura paranaense e agora a nível nacional. Sua condição à Presidência do órgão máximo representativo da magistratura, reflete bem sua personalidade de Juiz íntegro, resolutivo e trabalhador dinâmico - por mais de 20 anos dedicado à justiça paranaense - e faz a todos nós orgulhosos e honrados pelo reconhecimento nacional a esse líder incontestado da magistratura.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja inserida

na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à empresa Comalgi S/A - Comércio de Utilidades Domésticas, sediada na Cidade de Farroupilha (RS), pela abertura de uma unidade fabril na Cidade de Arapongas, neste Estado.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Duas circunstâncias a destacar.

Arapongas, capital paranaense da indústria moveleira, abastece o mercado brasileiro com os mais variados produtos. Todas as indústrias iniciaram mais ou menos da mesma forma. Começaram no fundo de quintal e foram se expandindo até chegar ao parque industrial em instalações apropriadas e ampliadas. Os empresários sempre ressaltam o apoio que tiveram e ainda o tem por parte do Poder Público Municipal, a começar pela doação do terreno.

Grande parte dessas indústrias hoje são verdadeiros gigantes do setor e competem em condições de igualdade com as maiores do ramo a nível nacional. Hoje são comercializados mensalmente uma média de 10 bilhões de cruzeiros nas vendas para todos os Estados brasileiros, de camas, mesas, estofados, jogos de quarto, estantes e móveis para escritório, entre outras peças.

O parque industrial de Arapongas, produz mais de 300 mil peças ao mês, em mais de 300 indústrias, com um contingente aproximado de 15 mil empregados.

Some-se a esse estado de coisas, o ingresso agora em nossa cidade da empresa Comalgi S/A, cujo grupo econômico organizou as lojas Colombo em âmbito nacional, com suas 167 filiais, e dirigido pelo Senhor Adelino Raymundo Colombo, por certo é motivo de júbilo para Arapongas e para seu comércio sempre crescente.

REQUERIMENTO N° 360

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual, Líder do PDT na Assembleia Legislativa do Paraná, pede à egrégia Assembleia, a inserção nos Anais da presente sessão, de votos de congratulações, apreço e aplauso aos promotores do primeiro Festival dentro de Curitiba, pelo brilho do evento, e pela sua importância no reavivamento do processo cultural em Curitiba.

Ruas, praças, parques, quase todos os teatros da Cidade - infelizmente apenas o Teatro Guaíra conheceu silêncio naqueles dias - Curitiba pôde entrar no seu ano 300 num clima saudável de efervescência cultural.

Isto se deve ao esclarecimento do público, e sobremaneira à brilhante iniciativa dos jovens promotores, merecedores do aplauso comunitário manifesto nesta mo-

ção.

O Festival foi idealizado, provocado e realizado por jovens empresários curitibanos, ainda na universidade, numa prova do potencial de esperança que reside neste País: Carlos Eduardo Bittencourt, 22 anos, estudante de Arquitetura, Cássio Chamecki, 20 anos, estudante de Engenharia Elétrica, Leandro Knophfolz, 18 anos, estudante de Administração de Empresas, Victor Aronis, 28 anos, estudante de pós-graduação em Administração, e César Heli Oliveira, 22 anos, estudante de Educação Física. O Festival foi servido pela direção artística do produtor teatral paulista Yacoff Sarkovas, e teve o imprescindível apoio do Banco Bamerindus, da Prefeitura da Cidade de Curitiba, e do "Boticário".

Os promotores do evento reforçaram o processo cultural dos 300 anos de Curitiba, criando verdadeira moldura efervescente para o último dia 29 de março, justificativa da beleza da arquitetura da Ópera de Arame, e do entusiasmo da população neste tempo da nossa história.

Por muito tempo a psicologia paranaense tem sido caracterizada pela timidez, pelo medo e pela inveja. A iniciativa destes jovens empreendedores prova que começamos a mudar. E mudar para melhor.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Célio Borja, os votos de congratulações pela sua investidura no cargo de Ministro da Justiça e a manifestação de confiança deste Poder Legislativo de que o novo Ministro desempenhará, com a costumeira eficiência e integridade, a espinhosa missão que ora lhe é confiada.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) TADEU LOCIO MACHADO

Apoio: Heinz Herwig

REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente.

Venho, por meio deste, solicitar a Vossa Excelência submeter à aprovação desta Casa, no sentido de que conste nos Anais da mesma, os votos de congratulações ao Dr. Guínoel Cordeiro, cujos méritos pessoais o credenciaram para que fosse, como o foi, nomeado para assumir o cargo de Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, na vaga de Jurista.

Solicito igualmente, que possa ser dado ciência ao mesmo, desta decisão.

Agradecendo a atenção que dispensar à presente, me subscrevo.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o registro nos Anais desta Casa, de votos de congratulações e muito aplauso ao Jornal do Rádio e TV, pela sua vitoriosa promoção "Os Melhores do Rádio", cuja solenidade de entrega ocorreu dia 31 de março último, no auditório do SESC, totalmente lotado.

De maneira especial, igualmente se registram os melhores cumprimentos ao diretor responsável deste Jornal do Rádio e TV, jornalista João Luiz Fiani, que soube patrocinar um evento imparcial, de excelente nível e que recebeu de todos os indicados a melhor receptividade.

Empreendimentos como este dignificam e enaltecem a profissão dos radialistas, ainda mais se liderados por gente como João Luiz Fiani.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 387

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Lateinamerika Zentrum e.V., pela inauguração da reforma e ampliação da Oficina Solidariedade, em Curitiba, no dia 14 de março próximo passado,

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Oficina Solidariedade somente teve sua construção possível em função do convênio realizado com a organização alemã Lateinamerika Zentrum, que implicou também, em ajuda financeira.

A Lateinamerika Zentrum tem sede na cidade de Bonn, Alemanha, e seu presidente é o Professor Dr. DDr.hc. Hermann M. Görge. A organização é reconhecida pela Comunidade Européia de Bruxelas, não Governamental (ONG), para financiamento comum de projetos de desenvolvimento para os Estados do Paraná e Santa Catarina. Sua representante oficial é a Professora Ivete Terezinha Mion Bodaczny.

A Oficina Solidariedade faz parte do rol de projetos atendidos pela Lateinamerika Zentrum, que foi beneficiada na construção física e na ampliação, oportunizando a realização de cursos de formação profissional.

REQUERIMENTO Nº 388

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Thá Construtora, pelo projeto Qualithá, que prevê, dentre outros, o embelezamento da cidade - por ocasião do seu tricentenário - com a cessão dos tapumes das suas obras para mostrar pinturas de artistas plásticos para-anaenses.

A Construtora Thá já tem 16 obras em andamento, sendo realizadas por alunos/artistas da Escola de Belas Artes do Paraná.

Requer-se também voto de louvor ao artista Luiz Lopes, por haver realizado o primeiro trabalho nesse projeto: um belíssimo painel de sete metros de extensão por dois de altura, na Rua Emiliano Perнета, no centro de Curitiba.

Que se manifestem votos de congratulações deste Poder à genial iniciativa dos Irmãos Thá, transformando nossa cidade em uma imensa galeria de artes ao ar vivo.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 389

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à advogada Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, primeira juíza a integrar o Tribunal de Alçada do Paraná (criado há 21 anos) e a primeira mulher a integrar um Tribunal Superior do Estado, Regina foi indicada pelo Quinto Constitucional.

Escolhida dentre 18 mil advogados paranaenses, Regina foi nomeada pelo Governador Roberto Requião em virtude do seu "incontestável talento e inteligência demonstrados durante 20 anos de militância nos ramos do Direito Civil, Criminal e de Família".

Formada pela UFPR, Regina foi a primeira mulher a ocupar a vice-Presidência da OAB-PR, e foi membro do Conselho da Ordem, bem como da Comissão Estadual dos Direitos Humanos, Secretária Administrativa do Instituto dos Advogados e colaborou na Comissão Temática da Ordem Econômica e Social da Assembléia Constituinte Estadual.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcri-

ção nos Anais desta sessão de votos de congratulações ao Ministro Célio Borja, pela posse no Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista sua brilhante participação ao longo de sua carreira política, bem como os importantes serviços já prestados ao País, o Ministro Célio Borja é uma legenda na vida pública nacional.

Reconhecido pela integridade pessoal e talento nas atividades políticas e jurídicas que executou, Célio Borja é merecedor em potencial para ocupar o novo posto que lhe foi confiado. Portanto, acreditamos justa a inclusão desta homenagem nos Anais desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 394

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta sessão de votos de congratulações ao Secretário de Governo Jorge Bornhausen, recentemente empossado.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Empossado na última semana, no cargo de Secretário de Governo, o Sr. Jorge Bornhausen foi escolhido por ter em seu currículo notável participação na vida política brasileira, participação essa que vem acumulando desde as suas origens no Estado de Santa Catarina.

Homem público reconhecido pela notável habilidade e poder de diálogo na condição de articulador político, Bornhausen faz jus, pelo seu prestígio, ao novo cargo de estrategista do Governo Federal e, portanto, merecedor da homenagem que desejamos seja assentada nos Anais desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Jorge Bornhausen, a manifestação de regozijo desta Assembléia Legislativa, pela sua posse no cargo de Secretário de Governo da Presidência da República, juntamente com os votos desta Assembléia pelo seu sucesso em tão importante missão.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) TADEU LOCIO MACHADO

Apoiamto: Heinz Herwig

REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo ao Jornal do Povo, de Maringá, pela passagem do seu 1º aniversário de fundação, ocorrido no dia 31 de março do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao jornalista Verdelírio Barbosa, à rua Afonso Pena, 56, Maringá, PR, CEP. 87030.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Povo reúne em sua redação, nas oficinas gráficas e na administração, profissionais da melhor qualidade, fazendo da missão de informar um primado da defesa dos valores humanos, culturais e políticos do Paraná, sob a liderança do jornalista Verdelírio Barbosa, um dos mais talentosos jornalistas do Estado, que faz da sua profissão, com exemplar dignidade pessoal, um meio de informar seus leitores de todos os dias.

A luta democrática em defesa dos verdadeiros interesses do povo paranaense, informando com absoluta imparcialidade, todos os acontecimentos, tem caracterizado o Jornal do Povo com uma linha de objetivos claramente definidos e sérios, justificando, desta maneira, o seu próprio nome, o de um jornal popular.

Neste sentido, não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo paranaense, o trabalho altamente profissional de todos aqueles que integram o seu corpo de funcionários e jornalistas, fazendo com que o Jornal do Povo seja hoje sem dúvida alguma, um dos mais importantes veículos de comunicação de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Líder do PDT nesta Assembleia, pede ao ilustre plenário a inserção nos Anais da Casa, na presente sessão, de votos de congratulações e apreço à diretoria da INEPAR, empresa paranaense situada na Cidade Industrial de Curitiba, pela brilhante iniciativa de prover com fundo especial "bolsas de estudos" para dependentes de seus funcionários, e para os próprios, conforme noticiou na semana a imprensa local.

Esta medida promove o ser humano, acentua o caráter social-democrata da sociedade paranaense, e reforça o respeito da cidadania pelos empresários Atilano de Ohms e Mário Celso Petráglio, dirigentes do grupo INEPAR.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

O momento político e econômico do país

pede a somatória de todos no projeto de salvação do Brasil. E o apoio de empresas do porte da INEPAR à promoção do direito constitucional de educação - de seus funcionários e dependentes - é passo significativo e merece aplauso.

REQUERIMENTO Nº 362

SOMULA: Requerimento de inserção nos anais da Assembleia, de voto de apreço às professoras Cassiana Lúcia Lacerda Carollo e Cecília Maria Westphalen, e aos editores Chaim e Luis Roberto Soares, pela publicação recente - ainda não lançada - de um novo e moderno Dicionário Histórico e Biográfico do Paraná. Publicação definitiva para a bibliografia paranaense como obra de referência.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual, Líder do PDT, presidente da Comissão dos 300 anos de Curitiba, pede à egrégia Assembleia, que manifeste calorosa acolhida à iniciativa dos editores já mencionados - Chaim e Soares -, e das professoras Cassiana Lacerda Carollo e Cecília Westphalen, no sentido de promoverem edição - em vias de ser lançada - de um novo "Dicionário Histórico e Biográfico do Paraná". Obra extraordinária, merecedora de inclusão em todas as bibliotecas públicas do Estado, e em todas as estantes paranasitas, o livro reúne em centenas de verbetes toda nossa história, colocando pela primeira vez - neste estado - os recursos da informática a serviço da pesquisa e da memória coletiva.

O livro é um sucessor moderno do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná" do saudoso Ermelino de Leão. Merece aplauso.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná - Dr. Roberto Requião visando a melhoria das condições de tráfego - pavimentação asfáltica - da antiga Estrada Maringá/Astorga, na extensão aproximada de 20 Km.

A ligação Maringá/Astorga é, sem dúvida alguma, uma das mais importantes da Região, tendo em vista que, através da mesma, é escoada grande parcela da produção proveniente de atividades agrícolas.

No entanto, dado a sua situação, faz-se necessário, o mais breve possível pavimentar aquela rodovia, já que, conforme

informações recebidas de moradores ocais e usuários, seu estado é muito ruim, notadamente em dias de chuva, o que não permite o fluxo normal de veículos.

Assim sendo, com o presente requerimento estamos formalizando essa reivindicação, cujo atendimento virá em benefício da população e produção daquela progressista região.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente oficial ao Ministro da Agricultura, solicitando liberação de recursos para garantir o pagamento ao preço mínimo aos produtores de arroz, milho, feijão e algodão, que financiaram suas lavouras, permitindo o financiamento de 100% da produção e estendendo o benefício do EGF/COV também para o algodão, bem como a disponibilidade para todos os produtores.

Solicitamos ainda, a liberação de recursos de EGF suficientes para atender também a produção financiada com recursos próprios dos produtores ou das cooperativas, além de viabilizar recursos no início de cada mês para impedir perdas inflacionárias.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A agricultura necessita de novo estímulo, para recuperar-se das safras frustrantes dos últimos anos, que provocou a descapitalização do produtor, levando muitos a situações de perda totais de seus bens, conquistado após lutas de gerações e entregues em troca de dívidas contraídas no afã de produzir incentivos que premiassem o produtor, que de sol a sol consolidam divisas para um País que necessita priorizar a agricultura, sua maior e inesgotável fonte de renda.

REQUERIMENTO Nº 338

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Presidente da Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, Sr. Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a instalação de telefone público na Venda do Doca, localizada na estrada Tamarana-Briolândia-Ortigueira, no Km 38, Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido visa atender antiga

solicitação de proprietários rurais, conforme fica demonstrado pela cópia de documento anexo. Os moradores daquela região, necessitam do aparelho telefônico no local indicado, tendo em vista que é de passagem obrigatória. Ocorre que o local fica isolado, por ser de difícil acesso, em dias de chuva. Os moradores têm sérias dificuldades de comunicação, já que o próximo posto telefônico fica em Briolândia, distante 17 Km, enquanto outro não dista menos de 16 Km, num assentamento de sem-terras, já no Município de Londrina.

Em vista dos transtornos que esta situação acarreta para aquela populosa localidade, a expectativa é de que seja instalado um aparelho telefônico, na Gleba Tibagi Alto, de forma a facilitar a vida - e a necessária comunicação - dos agricultores.

REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Osni Ribas, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência LBA, solicitando a construção de uma creche para o distrito de Nilza, em Iporã.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O elevado número de crianças que reside no Distrito de Nilza, em Iporã, filhos de trabalhadores volantes e eventuais que diariamente se deslocam para o interior do município, justificam a necessidade de se adequar o organismo municipal de local e pessoal para atendê-los como sugere o pedido de construção de uma creche.

As precárias condições em que ficam ao desabrigo e sem assistência, esses menores correm riscos dos mais variados, inclusive com falta de alimentação. Um convênio entre a LBA e a Prefeitura de Iporã, para construir uma creche iria possibilitar mais tranquilidade para os pais, e melhor condição de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO Nº 340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no sentido de que seja viabilizado a inclusão, ainda este ano, do município de Iporã, no Programa de Micro Bacias, especificamente nas estradas Mosquito e São Paulo.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando ser uma das metas prioritárias da atual administração Municipal, a construção de Micro Bacias no Município de Iporã, antiga aspiração dos proprietários rurais, solicitamos ao Secretário da Agricultura que firme convênio com a Prefeitura para que as Estradas citadas sejam incluídas no Programa daquela Secretaria.

REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara - Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e todas as Assembléias Legislativas de todos os Estados da Federação, a fim de dar-lhes ciência sobre o discurso "Brasil Transparente", deste Deputado.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) MARIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, o envio do expediente da sessão de hoje, ao Superior Tribunal de Justiça, para que seja derrubada a decisão do Tribunal de Justiça do Acre que anulou a condenação do fazendeiro Darly Alves da Silva, mandante do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, ocorrido em dezembro de 1988, onde foi impetrado recurso pela promotoria e pelos advogados de assistência de acusação.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

A ordenação jurídica vigente prevê que "o tribunal só pode pedir revisão quando a decisão for manifestamente contrária à prova dos autos", que não é o caso, pois as provas contidas nos autos são evidentes e incriminam Darly Alves da Silva e seu filho Darcy Pereira da Silva.

O Tribunal de Justiça do Acre, com esta atitude, atenta contra a soberania da vontade popular, que através do Conselho do Juri Popular de Xapuri condenou Darcy e Darly a 19 anos de prisão.

A decisão da justiça do Acre, tem o efeito de sinalizar para os latifundiários do país, que ainda é cedo para se aposentar a violência como método de eliminação dos conflitos fundiários.

REQUERIMENTO Nº 400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Nizan Pereira, Secretário Estadual de Saúde, solicitando o imediato atendimento de pedido de equipamento médico-hospitalar formulado pela Prefeitura Municipal de Rolândia há cerca de 1 (hum) ano.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A população brasileira vem sofrendo cada vez mais por falta de um atendimento digno à saúde, nos níveis de prevenção, atendimento ambulatorial e hospitalar.

Com a municipalização dos serviços de saúde, o Estado, a União e os Municípios passaram a ter responsabilidade pelas ações e serviços de saúde.

Segundo a Constituição Federal, em seu art. 30, compete aos municípios:

- Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

Considerando que os hospitais da rede estadual não tem atendido a população de acordo com suas necessidades.

Considerando a importância do investimento na rede municipal, inclusive o atendimento hospitalar; e, por ser o primeiro Pronto Socorro Público construído no município, é que se faz urgente aparelhá-lo para que se possa fornecer o melhor atendimento à população.

REQUERIMENTO Nº 366

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor ILTON LEANDRO DE SOUZA, Prefeito do Município de Santo Antonio do Caiuã, e sua filha ELEN RENATA, ocorrido no último sábado, dia 4 do corrente mês, em trágico acidente automobilístico na Br-158, Rodovia que liga o Município de Paranavaí ao Município de Santo Antônio do Caiuã. O extinto era prefeito daquela cidade, eleito nas últimas eleições municipais de 15 de novembro de 1988.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Natural de Paranavaí, Região Noroeste do Estado do Paraná, desde os 20 anos de idade, o farmacêutico ILTON LEANDRO DE SOUZA, está radicado na cidade de Santo Antônio do Caiuã, onde sempre exerceu sua profissão. Sua vivência profissional trouxe-lhe grande relacionamento, especialmente entre as camadas menos favorecidas.

Identificado com as atividades comunitárias chegou aos 29 anos à condição de candidato a Prefeito, pelo PMDB, tendo alcançado, com seus 1.431 votos, quase 75% dos votos válidos apurados. Sua morte deixa uma grande lacuna na sociedade e nos meios políticos de Santo Antônio do Caiuã bem como o passamento de sua filha ELEN RENATA, que partiu desta vida na flor da idade, deixa também a juventude daquela cidade bastante entristecida, pois gozava do carinho e da amizade de todos os que a rodeavam, pelo seu dinamismo e sua grande vontade de viver a vida, além do carinho que sempre dedicou a seus pais e irmãos.

REQUERIMENTO Nº 367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Governador do Estado do Paraná, apelando para que reexamine o processo em andamento que objetiva a rescisão dos contratos que o Poder Executivo mantém com as empresas de segurança e vigilância, que prestam junto aos órgãos e companhias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

As empresas permissionárias dos serviços de segurança tem um contingente aproximado de 3.000 (três mil) pessoas trabalhando para o Poder Público do nosso Estado nesse mister.

Neste difícil momento da Nação brasileira, quando escasseia-se a oferta de empregos para a mão-de-obra assalariada, percebe-se de maneira bem nítida a necessidade de sacrificar alguma coisa para preservar um interesse maior.

O desemprego que atingiu 3.000 pessoas em nosso Estado poderá desencadear um episódio multiplicador de pessoas desprovidas dos mínimos recursos de sobrevivência, fato que por si só motiva este apelo, fruto do desejo de contribuir para que não se agrave o problema social que também atinge o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES, objetivando a destinação de recursos para a pavimentação asfáltica da estrada que liga Itambé a Maringá passando pelo Distrito de São Luiz.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma reivindicação que vem de encontro com antigas aspirações dos habitantes de Itambé e Região, sendo que tal obra irá, por certo, assegurar o escoamento mais rápido e seguro da produção agropecuária até os centros consumidores.

A pavimentação da referida estrada, além de facilitar o deslocamento para Maringá de pessoas que lá trabalham e que também, lá buscam recursos sociais na área de saúde, implicará numa redução aproximada de 25 Km. no percurso que perfazem para ter acesso àquela cidade.

Neste sentido, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado dos Transportes o pronto atendimento dessa reivindicação, beneficiando assim toda aquela Comunidade.

REQUERIMENTO Nº 377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. GOVERNADOR ROBERTO REQUIÃO, solicitando a transferência do Batalhão da Polícia Militar do Município de Inácio Martins, ora pertencente ao Comando da P.M., do Município de Guarapuava, para que venha a pertencer ao Município de Irati.

Consubstanciado na iniciativa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal Pedro Ivo Gonçalves, em apenso, são muitos os transtornos verificados atualmente, quando se necessita de amparo Policial por parte do Município de Guarapuava, tendo em vista a distância a ser percorrida, onde muitas das vezes a ação Policial torna-se ineficaz.

Neste sentido, o Município de Irati, com sede da Microrregião Centro-Sul, onde o Município de Inácio Martins pertence, fica muito mais viável do ponto de vista territorial.

Do ponto de vista legal, esta solicitação fundamenta-se no Artigo 68, da Lei nº 6.774/76 e Artigo 7º do Decreto Lei nº 88.777, de 30/set/1.983, bem como parecer favorável, emitido pelo Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, informação nº 074, assinada pelo Tec-Cel ALMIR BENEDITO DE FARIAS, conforme cópia que segue em anexo.

Em face do exposto, espera-se a devida consideração do assunto em tela, adotando-se as medidas cabíveis se possível no menor prazo.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Ple-

nário; que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário do Desenvolvimento Urbano, expediente, solicitando a liberação de recursos financeiros necessários à construção de um TEATRO BARRACÃO, no Município de Irati, recursos estes, a serem deslocados do PEDU - Programa de Desenvolvimento Urbano.

No Município de Irati, é latente a cultura popular, externada através de inúmeras tradições daquele valeroso Povo, que necessita de um ponto de referência, no sentido de manter vivas as suas raízes culturais.

Com a execução desta importante obra, estaríamos atendendo o Município postulante, bem como aqueles Municípios que compõem a 17ª Microrregião.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, DJALMA DE ALMEIDA CEZAR, solicitando a efetivação de convênio, para aquisição de uma vaca mecânica para o Município de Mallet.

Com tal aquisição, a população mais carente daquele Município terá acesso a custo bastante acessível, dos diversos produtos derivados daquele equipamento.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER à Mesa, o envio de expediente a Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando urgentes providências no sentido de se destinar recursos visando a pavimentação asfáltica da estrada Morangueira - mais conhecida como "Antiga Estrada Maringã/Astorga".

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A estrada pretendida serve a uma extensa região agrícola, que necessita urgentemente de uma ligação por estrada pavimentada, principalmente por tratar-se de interesses econômicos e sociais comuns entre os municípios que pretendem a referida obra.

A região tem grande representatividade agrícola no cenário estadual.

Assim, consideramos jus a aplicação de recursos na melhoria de condições de transporte e escoamento de safras, motivo

pelo qual esperamos alcançar o encaminhamento rápido das providências para por fim aos problemas atualmente vivenciados.

Em anexo, encaminhamos cópia do requerimento nº 02085 da Câmara Municipal de Maringá e cópia de abaixo-assinado entregue por usuários daquela estrada.

REQUERIMENTO Nº 380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Stênio Jacob, Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, encaminhando o abaixo-assinado de aproximadamente 250 moradores do Município de Piraí do Sul, reivindicando o reativamento da Usina de Biogás, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Piraí do Sul, no Paraná, em 23 de abril de 1984, viveu uma experiência pioneira no Brasil. Inaugurou a primeira usina biogaseificadora para o tratamento de esgotos, lixo e produção de biogás, distribuído para mais de 280 residências em substituição ao gás de cozinha (GLP), tendo sido investidos na época, Cr\$ 450.000.000,00.

Vale mencionar que o projeto foi desenvolvido com tecnologia própria, o que comprova a competência já reconhecida internacionalmente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Haja vista o momento em que o mundo se volta para as formas alternativas de energia visando a defesa do meio ambiente, ressaltamos que a iniciativa contribui para o desenvolvimento de uma tecnologia que permitirá uma redução da queima de combustíveis derivados de petróleo, resultando, conseqüentemente, em uma menor quantidade de monóxido de carbono na atmosfera, contribuindo desta maneira para uma melhor qualidade de vida em nosso planeta.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis à medida proposta.

REQUERIMENTO Nº 391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Osni Ribas Alves, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros para dotar as creches de material de lazer, tais como o parque infantil, no município de Altônia.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As creches municipais entendidas como equipamento social auxiliar da família, destinam-se ao atendimento da criança, objetivando:

- . promover a participação da família como um todo no programa sócio-educativo;
- . oferecer-lhe condições favoráveis ao seu desenvolvimento;
- . viabilizar a integração social do menor e de sua família na comunidade;
- . atender suas necessidades básicas e primordiais, proporcionando o desenvolvimento e o estímulo do seu crescimento físico, emocional e mental.

Entendendo-se que a atividade da criança é o lazer, ou as brincadeiras lúdicas e que o parque infantil em muito ajudaria nesse processo, solicitamos o empenho da LBA para a obtenção desse projeto.

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado estudos para a construção em alvenaria, de uma ponte sobre o Rio Gavião, na estrada antiga que liga os municípios de Mariluz a Goioerê.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação deve-se ao precário estado em que se encontra a ponte, localizada sobre o Rio Gavião, com aproximadamente 4,5 metros de vão na estrada velha que liga Mariluz a Goioerê servindo de trânsito para os agricultores da região.

REQUERIMENTO Nº 365

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

No final do Governo Álvaro Dias, o Estado desapropriou, no Município de Pirapuera, um imóvel com área construída, para abrigar um Hospital, de 10.850 m² que se encontrava sob os cuidados da Caixa Econômica Federal do Paraná, sob a justificativa de que no mesmo iria instalar alguns órgãos públicos.

Pergunta-se:

1. Quais os projetos formalizados pelo Governo para ocupação do imóvel?
2. Qual o órgão estadual responsável

pela conservação e integridade do bem público em questão?

3. Quem determinou a retirada dos seguros do imóvel?
4. O Governo tem conhecimento da situação em que se encontra hoje o imóvel, em total abandono, com suas instalações saqueadas e depredadas? Se tem, quais as medidas que pretendem tomar para recuperar aquele bem público?
5. Qual a destinação que o Governo pretende dar ao imóvel?

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 372

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao IBGE, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 052/92, que transfere área para o Município de Diamante do Sul.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 052/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XIII, combinado com o art. 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de que sejam averiguados os seguintes requisitos exigidos na Lei Complementar nº 56, em seu art. 2º, incisos I e III, ou sejam:

- I - população estimada, superior a 5.000 (cinco mil) habitantes;
- III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

REQUERIMENTO Nº 373

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao TRE, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 052/92, que transfere área para o Município de Diamante do Sul.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 052/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso V, combinado com o art. 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Tribunal Regional Eleitoral, a fim de que seja averigua-

do o seguinte requisito exigido na Lei Complementar nº 56, em seu art. 2º, inciso II, ou seja:

Inciso II - Eleitorado não inferior a 20% (vinte por cento) da população.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

REQUERIMENTO Nº 374

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao IBGE, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 079/91, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do município de Tereza Cristina, desmembrado do Município de Cândido de Abreu.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Resolução nº 079/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XIII, combinado com o art. 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de que sejam averiguados os seguintes requisitos exigidos na Lei Complementar nº 56, em seu art. 2º, incisos I e III, ou sejam:

I - população estimada, superior a 5.000 (cinco mil) habitantes;

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

REQUERIMENTO Nº 375

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao IBGE, necessárias à complementação do Projeto de Resolução nº 081/91, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do município de Arapuan, desmembrado do município de Ivaiporã.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Resolução nº 081/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XIII, combinado com o art. 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de que sejam averiguados os seguintes requisitos exigidos na Lei Complementar nº 56, em seu art. 2º, incisos I e III, ou seja:

I - população estimada superior a 5000 (cinco mil) habitantes.

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 083/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE PARANAVAÍ, com sede e foro no Município de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de processo visando declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paranavaí, já reconhecida como tal pela Prefeitura dessa cidade.

Foi unida toda a documentação necessária e realmente comprovou-se sua inteira dedicação às crianças carentes do Município.

PROJETO DE LEI AUTORIZATIVO Nº 084/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a construir e financiar, total ou parcialmente, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, a construção de moradias no Sistema "CASA RURAL", em âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Sistema "CASA RURAL" será implantado em áreas rurais de até vinte hectares, ou em assentamentos oficializados pelo Governo do Estado do Paraná ou pelo Governo Federal, no território estadual.

Parágrafo Único - Nos assentamentos

oficializados pelo Governo do Estado do Paraná ou do Governo Federal, no território do Estado, o Sistema "CASA RURAL" atenderá às famílias individualmente, nas suas respectivas áreas de terras.

Art. 3º - As moradias do Sistema "CASA RURAL", não poderão ser transferidas de proprietários, enquanto perdurar o financiamento junto à Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, exce- tuando-se os parentes do proprietário até o segundo grau, em linha reta.

Art. 4º - A construção das moradias pertencentes ao Sistema "CASA RURAL", não poderá exceder a 70m² (setenta metros qua- drados).

Art. 5º - Os proprietários no Sistema "CASA RURAL", não poderão possuir outros imóveis rurais e urbanos, além daqueles previstos no Art. 2º desta lei.

Art. 6º - Os pagamentos das prestações das moradias do Sistema "CASA RURAL", far- se-ão total ou parcialmente, por intermê- dio da equivalência de produtos agrícolas; milho, arroz, feijão, algodão, trigo ou outros produtos agrícolas, que assim en- tender a Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo Único - Os produtos agríco- las que servirão como forma de pagamento através da equivalência, terão que ser produzidos nas áreas agrícolas aludidas no § 2º, desta lei.

Art. 7º - Fica facultado aos proprie- tários do Sistema "CASA RURAL", o finan- ciamento parcial ou total da construção, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional.

Art. 8º - A construção das moradias no Sistema "CASA RURAL", será supervisionada tecnicamente e fiscalizada pela Secretaria de Estado Especial da Política Habitacio- nal, ou por delegação desta, às Prefeit- uras Municipais.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

APOIAMENTO: Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Eurides Moura e Al- ceu Swarowski.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem por fina- lidade contribuir para a fixação do nosso

pequeno agricultor ao campo, além do que, atender uma de suas mais antigas reivindi- cações: a de ter a sua casa própria.

Descapitalizado pela anti-política agrícola, desenvolvida nos últimos anos pelo Governo Federal, o pequeno agricultor rural, desamparado por toda a sorte e, fundamentalmente, por uma política agríco- la séria que o estimule, tem abandonado o seu pequeno pedaço de chão, na ilusão de que os grandes centros urbanos poderão trazer para si e sua família, melhores dias.

O que acontece porém, é que ao chega- rem às metrópoles, são marginalizados pelo capitalismo selvagem, pois não há trabalho para os mesmos, conseqüentemente indo mo- rar nas favelas; não podendo assim dar es- tudo adequado aos seus filhos, submetendo- -se assim à marginalidade.

Por via das conseqüências, trazem inú- meros problemas sociais como; falta de ha- bitação, segurança, saúde e educação.

Precisamos, com urgência, inverter es- ta ordem de valores. Por outro lado, com esta propositura, estaríamos aumentando a produção agrícola do Paraná, notadamente com o incentivo, através do pagamento das prestações da "CASA RURAL", com produtos agrícolas.

Neste mesmo patamar, estaríamos defi- nitivamente avançando no processo de fixa- ção do homem ao campo.

Nesta mesma linha de articulações, es- taríamos privilegiando os assentados do Estado do Paraná, que por não terem ainda a sua terra legalizada, do ponto de vista da transcrição imobiliária, ficam exclu- dos dos financiamentos para construírem a sua moradia.

É fundamental que se destaque o empe- nho do Governador Roberto Requião, no que tange à resolução dos problemas habitacio- nais em nosso Estado, o que, sem dúvida alguma, será um grande entusiasta na efe- tivação desta proposta.

Este ordenamento de idéias, está aber- to a sugestões que visem melhorar esta iniciativa, caminhando assim, para que sirva como um verdadeiro instrumento jurí- dico, com vistas a contribuir no equacio- namento da problemática habitacional.

PROJETO DE LEI Nº 085/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada como de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO PRO-HANSEN, com sede e foro nesta Capital.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

A FUNDAÇÃO PRO-HANSEN é pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, instituída através de Escritura Pública, com a finalidade de desenvolver, incentivar e apoiar atividades científicas, assistenciais, educacionais e filantrópicas no campo da saúde.

Em especial, a Fundação busca a consecução dos seguintes objetivos: colaborar pelos meios mais adequados, com as instituições científicas, assistenciais de saúde, universidades, em programas e projetos de desenvolvimento científico-tecnológico, ensino e assistência na área de dermatologia sanitária, em especial, a HANSENIOLÓGIA.

Para ampliar sua atuação, a Fundação alterou seus Estatutos Sociais, em 06 de março deste ano, de acordo com autorização da Procuradoria Geral de Justiça do Paraná e seus rígidos critérios para reconhecimento de Fundações.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela Fundação, cumpre justificar que envolve o conhecimento e a dedicação de profissionais de diversas áreas, objetivando a profilaxia, tratamento e erradicação da Hanseníase (sob todos os aspectos), através de inúmeras atividades ambulatoriais ou não.

Presidida pelo renomado médico Dr. Rui Noronha de Miranda e integrada por uma plêiade de nomes conceituados de nossa sociedade, a FUNDAÇÃO PRO-HANSEN tem uma vasta folha de serviços prestados ao povo do Paraná e ao maravilhoso campo da ciência médica.

São nossas razões para o Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 086/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "LAR DOS IDOSOS E CENTRO PROMOCIONAL DOM SCALABRINI" com sede e foro em São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A entidade "LAR DOS IDOSOS DO CENTRO PROMOCIONAL DOM SCALABRINI" tem por finalidade prestar a assistência filantrópica aos pobres e abandonados, realizar a caridade cristã, a educação e promoção humana, principalmente o amparo total a velhice abandonada, carente e sem família.

A documentação apresentada pela Entidade e anexada ao presente, preenche os requisitos exigidos pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública de Entidades.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Plenário Expediente concedo a palavra ao Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Como é de conhecimento de todos hoje é o Dia Internacional da Saúde. Como Presidente da Comissão de Saúde desta Casa não poderia deixar de vir à tribuna e dizer algumas palavras sobre este assunto que é muito importante. Gostaria de hoje vir aqui e dizer que a saúde do povo brasileiro vai bem. Gostaria de dizer que nós não temos problemas com aids, que não temos problemas com cólera, que não temos problemas com lepra, com tuberculose, que nós teríamos a menor taxa de mortalidade infantil, que nós não teríamos problemas de morte materna, enfim, uma série de coisas que nós iríamos nos orgulhar de sermos brasileiros e Parlamentar nesta Casa. Mas, infelizmente, a situação é diferente.

O nosso País, talvez, por ser um País de terceiro mundo e por uma série de circunstâncias, a saúde do povo brasileiro piorou de 20 anos para cá. Vários fatores vieram contribuir, principalmente as más condições sanitárias que vive o nosso povo, o que veio favorecer uma série de doenças que já alguns anos atrás que para nós não existiria mais. Por exemplo, quando estudei, quando fiz o meu curso de medicina, eu nem tive aula sobre cólera, porque naquela época, no ano de 67, 68, a cólera já era uma doença banida, praticamente tinha alguns focos lá na Ásia, talvez na América Central, mas não se falava em cólera. Não havia interesse nenhum.

Hoje está aí a cólera, aproveitando da má situação que se encontra o nosso País, que não está preparado para receber essa doença. Mas, enfim, não é só a cólera não. Nós temos aumentos significativos em muitas doenças. Por exemplo, a malária, que há anos atrás nós tínhamos poucos casos, uns 20 mil casos de malária, uns 30 mil. Hoje nós estamos com 600 mil casos de malária. Provavelmente essa migração do pessoal que vai para o Amazonas, para a bacia do Amazonas, os agricultores, o pessoal que vai lidar com mineração estão sendo expostos à má condição de vida e de higiene e adquirem, então, essas doenças que nestas regiões encontram-se em nível bem alto.

Enfim, uma série de coisas. Aquelas

patologias, aquelas doenças que dependem de uma vacinação, o índice em nosso País não é tão alto assim.

E temos ainda que levar em consideração outros fatores, que são a má qualidade de nossos hospitais. Os nossos hospitais que há alguns anos atrás eram eficientes, talvez, com alguma dificuldade davam uma boa assistência, hoje se encontram em má condições. E isso, provavelmente, pela má política de saúde imprimida a nosso País.

Os sistemas de saúde...

(E-lhe tirado o som)

Ocupo o horário das Lideranças.

O sistema de saúde implantado ao longo desses anos, que para muitos vieram solucionar o problema de saúde, na realidade pioraram este nosso sistema de saúde. Porque, na minha concepção a transformação que vem sofrendo respectivamente de INPS para INAMPS, INAMPS para SUDS, SUDS para SUS, o que eu percebo nisso é a preocupação econômica, parece que o Governo se preocupou mais com a parte econômica, com quanto que ele vai gastar com a saúde. Não está preocupado em resolver o problema da mortalidade infantil, não está preocupado em resolver o problema da AIDS, não está preocupado com o problema dos hospitais, com o problema de formação de profissionais da saúde.

Temos poucos médicos no Brasil, poucos enfermeiros, poucos agentes de saúde. E, com isso, a situação se tornou precária até atingir aquilo em que hoje nos encontramos.

Só para os Parlamentares...

O Sr. Colombino Grassano - Permite-me um aparte, Senhor Deputado?

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Só um momento, Deputado.

Por exemplo: AIDS, o Brasil já é o terceiro em número de casos de AIDS. Estamos com aproximadamente 30 mil casos de AIDS no País: lepra, que em 1970 tínhamos 5 mil casos, hoje, no Brasil, temos 80% casos de lepra na América Latina - estamos com mais ou menos 50 mil casos de lepra. E assim sem falar em outras doenças como esquistossomose, doenças de Chagas, enfim, uma série de patologias como diabetes, hipertensão arterial por falta de medicamentos da CEME, esses doentes estão sem tratamentos e piorando o seu quadro.

Tem o aparte, Deputado Colombino.

O Sr. Colombino Grassano - Senhor Deputado, está falando agora no horário das Lideranças do PMDB, razão porque estou solicitando o aparte.

Mas solicitaria a V.Exa., Deputado, que falasse não em Brasil mas em Paraná. Falasse na saúde pública deste Estado. Nós

afinal de contas, somos Deputados Estaduais e nos compete apreciar os problemas do Estado.

Eu sou da escola do ex-Governador Jayme Canet que dizia que a sua competência de Governador terminava na divisa com São Paulo, com Santa Catarina, com o Paraguai e com a Argentina, de modo que temos que circunscrever a nossa atividade parlamentar ao nosso Estado e aos nossos problemas.

Nesta Casa eu vi o mais violento discurso contra um Secretário de Estado pronunciado por um homem do PMDB que, infelizmente, não está conosco nesta tarde porque foi guindado à Secretaria de Esporte e Turismo, o Deputado José Afonso Júnior fez um discurso por demais violento, fez uma denúncia violenta à Assembleia Legislativa e ao Paraná, sobre o comportamento do Secretário da Saúde e de toda a sua equipe.

Então, o que nós gostaríamos de ouvir de V.Exa., quando V.Exa. fala no Dia Internacional da Saúde, que falasse sobre a saúde do Paraná, sobre como se conduz o Secretário da Saúde, porque se fizer uma pesquisa, neste Estado, ninguém sabe o seu nome, porque ninguém acompanha o seu trabalho, porque não existe. Eu pediria, então, a V.Exa. que nos fornecesse elementos, críticas ou elogios à saúde pública no Paraná, e deixasse o Brasil descansando por alguns minutos.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Agradeço a participação do nobre Parlamentar, mas o assunto é o Dia Internacional da Saúde. Então, eu tenho aqui que falar como se encontra a saúde, de um aspecto geral, porque a saúde do Paraná, ela não pode ser separada da saúde do Brasil, porque ela depende de muita coisa do que ocorre na nacional. Certo?

Agora, o ano passado, já como Presidente da Comissão de Saúde e preocupado principalmente com o cólera, eu mandei ofício, via meu gabinete mesmo, para a Secretaria de Saúde e a SANEPAR, cobrando deles o que é que eles estavam fazendo a respeito da cólera, aqui no Paraná. E recebi todas as informações da Secretaria de Saúde e da SANEPAR, e eu, como médico, analisei o trabalho deles e achei a contento. Embora se o cólera chegar aqui é claro que nós vamos ter casos de cólera. Claro que no Paraná nós temos problemas. Temos problemas de hospitais. Temos problemas de mortalidade infantil. Temos problema, também, de assistência materna. Precária também. Quanto a isso não há a menor dúvida. Mas, na realidade, no aspecto geral, a saúde no Brasil está relacionada, também, aliás, a saúde do Paraná está relacionada à saúde, principalmente à

parte administrativa, ao INAMPS e aos SUDS.

Como eu estava falando, outros aspectos vieram a influenciar o problema de saúde dos brasileiros e também, para atender ao nobre Deputado, do Paraná. Nós temos, aqui, por exemplo, 67% da população brasileira não consegue comer a ração mínima diária, de 2259 gramas de calorias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde; a mortalidade infantil representa 27% dos óbitos no Nordeste, 20% do Norte, 16% no Sudeste, 15% no Centro-Oeste e 14% no Sul. Cincoenta e sete vírgula seis milhões de brasileiros não possuem instalações sanitárias. Enfim, uma série de fatores que vieram a influir na saúde do povo brasileiro, que é claro, somente a análise detalhada de cada um destes fatores é que num futuro próximo vamos poder resolver este problema.

No mais, muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados. Hoje, Dia Mundial da Saúde, dia que nós podemos parar um pouco para pensar nesta questão importante.

A saúde não tem sido prioridade dos nossos governantes, apesar do discurso de que desejamos saúde para todos no ano 2.000, conforme deliberação de alma nata.

A nível nacional, nós podemos dizer que o Brasil hoje vive o caos com epidemia de Cólera, epidemia de Dengue, epidemia de Tuberculose, Hansen aumentando, Meningite, Esquistosomose, Leishmaniose e Malária.

Voltando para o nosso Estado que está dentro dessa realidade brasileira, convivemos com o aumento dos casos de tuberculose, com o aumento dos casos de Hansen, meningite, continua ainda acometendo a classe proletária, principalmente do nosso País. O cólera ronda as nossas divisas.

Nós queremos mais ou menos fazer algumas críticas ao comportamento das autoridades sanitárias e do setor de saúde hoje brasileira, especificamente no Paraná. Nós temos visto uma série de discursos sobre a democratização do setor de saúde e no entanto, aquilo que pede a Constituição Paranaense e que prega a Lei Federal nº 8.080 e a 8.142, de que a participação da comunidade dos usuários do sistema deve se dar via Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais, na prática não tem ocorrido.

O Governador do Estado, por Decreto, cria o Conselho Estadual de Saúde, que inclusive, queremos lembrar o Sr. Presidente da Assembléia, de que o parecer pedido a C.C.J. já foi dado como inconstitucional a

tal Decreto e solicitamos a colocação na pauta do dia o mais breve possível para que possamos analisar o Decreto que criou o Conselho Estadual de Saúde.

Não há maneira nenhuma de se atingir um nível de saúde desejado, se não ocorrerem alguns principais pontos na Sociedade. Um deles é a democratização do Sistema e o Conselho, sem dúvida, um canal democrático aonde a população pode participar. O outro não tem como atingir níveis de saúde desejáveis, se nós não tivermos uma distribuição de renda em nossa Sociedade.

Um outro ponto é a questão da fome que assola cinquenta e três milhões de brasileiros, quem tem fome é doente e enquanto não se fizer a Reforma Agrária, não atingiremos saúde.

Mas nós, trabalhadores, não podemos ficar de braços cruzados esperando a distribuição de renda ou a Reforma Agrária, porque nossos trabalhadores, a Sociedade enfim, tem ficado doente e a política de saúde do nosso Estado é uma das mais atrasadas que existe.

No Paraná, apesar do discurso da Municipalização do serviço de saúde, não adianta Municipalizar o serviço de Saúde se o Município não tiver condições. Hoje os hospitais estão cobrando atendimento a população, a população pobre.

O Sistema de auditoria que tinha na Secretaria Estadual de Saúde, foi dissolvida, acabou-se a Auditoria porque Municipalizou o sistema de saúde, sem dar oportunidade para que os Municípios montassem um sistema de auditoria, tanto é que o Hospital de Laranjeiras do Sul, os dois o São Lucas e São José, estão cobrando da população, conforme denúncias que nós recebemos.

A Policlínica de Pato Branco cujo proprietário é o ex-Ministro da Saúde Alceni Guerra, tem cobrado de quem procura a Clínica, não basta ter roubado o suficiente para ficar rico no Ministério da Saúde, ainda explora os trabalhadores pobres que procuram a sua Clínica.

O Hospital Evangélico que recentemente houve uma mobilização da sociedade, para que o Hospital não fechasse, poucos dias atrás pessoas morreram dentro do Hospital por falta de dinheiro para pagar a consulta médica.

E a Secretaria Estadual de Saúde não tem feito absolutamente nada para impedir que isso ocorra e nem a Secretaria municipal, porque o sistema em Curitiba é municipalizado e a Secretaria Municipal de Saúde cabe fiscalizar o sistema hospitalar. Se não tinha sistema de auditores montado não aceitasse a municipalização do sistema, enquanto não se constituísse um sistema operante e eficiente para fiscalizar!

Hoje, os Conselhos Municipais, foram criados porque a Lei exige, na sua grande maioria, não são todos, mas a grande maioria dos Conselhos existe por exigência legal mas não têm poder de decisão junto às administrações públicas, nem do Município nem do Estado, aí a população fica afastada dessas decisões.

Os recursos financeiros do sistema de Saúde têm vindo, infelizmente, de acordo com os interesses políticos partidários e não em cima de uma política com critérios definidos, como diz a Lei 8.080: "Os recursos de Saúde do Governo Federal e Municipal devem ser repassados para o Município de acordo com as características patológicas, ou seja de morbidade e mortalidade dessa população. Devem ser repassados de acordo com o índice populacional, devem ser repassados de acordo com a capacidade dos serviços instalados e a quantidade dos serviços instalados".

Isso não tem ocorrido, o Governo Federal e o Governo do Estado repassam de acordo com os interesses políticos-partidários. O Estado não tem cumprido com seu discurso no que diz respeito à fiscalização de todo sistema, como eu já disse.

E mais, não tem cumprido a fiscalização do sistema privado e os hospitais mantidos pelo Estado estão sem funcionários, ou estão com leitos vagos, ou estão às baratas porque lá não se encontra funcionários em função de baixo e pequeno salário recebido!

O Hospital Regional de Cascavel é um exemplo de Hospital obsoleto, uma vez que o Estado construiu mas não dá condição de manutenção daquele hospital que poderia atender toda uma região!

O Hospital Geral do Portão ocupa somente 60% dos seus leitos quando a população morre por não ter acesso aos leitos hospitalares.

Sr. Presidente, vou fazer uso do horário da Liderança do PT.

Os hospitais têm perdido profissionais, o sistema público tem perdido profissionais pelos baixos salários que percebem! E nesse caos, população doente, explorada, não tem canal para reclamar, não tem aonde se queixar, a não ser morrer à mingua, nas portas dos hospitais. O mal atendimento é generalizado! Nesse caos todo algumas autoridades do setor de Saúde, como foi o caso do ex-Ministro Alcení Guerra, tenta jogar a responsabilidade sob alguns profissionais, e numa época bastante recente, felizmente calou-se este eco, só jogava a culpa e a responsabilidade em cima dos profissionais de Saúde, e no caso específico, dos médicos.

O Governo do Estado também tem se portado como uma incompetência medonha, até para elaborar projetos. Esse projeto Pró-

-Saúde, que foi criado em 1991 e que vieram verbas do Governo Federal e que essas verbas, cerca de um bilhão de cruzeiros, está depositado no Banco do Brasil, porque o Governo de Roberto Requião e seu Secretário de Saúde não teve competência para elaborar um projeto e em consequência poder usar esta verba.

Estão agora, Diretor Geral daquela Secretaria correndo para Brasília pedindo para prorrogar o prazo de dezembro do ano passado até o final desse ano, quem sabe, para ver se eles conseguem saber aonde empregar o dinheiro para não ter que devolver.

E enquanto isso a população continua mal atendida e continua com o discurso da municipalização jogando a responsabilidade para os municípios, na sua maioria sem condições de atender toda a demanda porque o caos social é muito grande!

Portanto, Srs. Deputados, hoje, dia 7 de abril, infelizmente nós que desejamos que a população tivesse saúde, só cabe denunciar a situação caótica da população paranaense e brasileira, e cabe denunciar a incompetência dos nossos administradores no que diz respeito a atendimento à saúde. E enquanto isso, nesse dia, milhares e milhares de brasileiros morrerão hoje ou de fome, ou de acidente de trânsito, ou de acidentes do trabalho, ou de doenças do trabalho, e as autoridades nada fazem. No Paraná hoje morrerão dois trabalhadores em acidentes de trabalho e dezenas de crianças por não terem comida sobre a mesa.

Portanto, hoje, dia 07 de abril, é dia de luto para nós paranaenses, porque continuam trabalhadores morrendo por falta de saúde.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Nós temos acompanhado já há muito tempo os programas de construção da casa própria. Nós temos diversos programas implantados dentro do nosso Estado do Paraná, nós temos a casa da família, a auto-construção, temos também mutirão, a casa fácil, através do Governo Federal, e também o sistema convênio implantado dentro do nosso País e também dentro do Estado do Paraná.

O nosso Estado, nos últimos anos, tem se destacado no que diz respeito a construção da casa própria no sistema, "o mutirão". São milhares de habitações que se esparramam em todos os recantos do nosso Estado, em todos os Municípios praticamente. Nós temos escutado, ouvido falar, discursos com relação a casa do homem do campo, a casa na área rural. Durante algu-

mas semanas eu pensei muito, meditei, mantive contato com a Secretaria Especial de Habitação do Estado do Paraná, e hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou dando entrada num Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo e Estadual a construir e financiar total ou parcialmente, em âmbito Estadual o sistema da casa rural.

E se Vossas Excelências me permitirem, rapidamente vou fazer a leitura apenas e tão somente da justificativa e o porquê desse instrumento jurídico que o nosso Estado deverá possuir, depois é claro de aprovado por este Parlamento e também, é claro, receber o apoio de Sua Excelência o nosso Governador Roberto Requião.

Temos que destacar ainda da necessidade da fixação do homem no campo, através da Secretaria de Agricultura hoje está se dando uma atenção toda especial aos pequenos agricultores, às micro-bacias, sementes, à correção do solo, financiamentos até que relativamente bom, energia elétrica, o saneamento básico, água encanada, enfim, está se projetando para o Paraná para os próximos anos uma agricultura muito mais forte ainda através da pequena agricultura, ou através dos pequenos agricultores.

Mas na verdade, tem por finalidade este Projeto de Lei contribuir para a fixação do nosso pequeno agricultor ao campo, além do que atender uma de suas mais antigas reivindicações, a de ter a exemplo do que existe na área urbana, também a sua casa própria, descapitalizado pela anti-política agrícola, desenvolvida nos últimos anos pelo Governo Federal, o pequeno agricultor rural, desamparado por toda a sorte, e fundamentalmente por uma política agrícola séria que o estimule, tem abandonado o seu pequeno pedaço de chão, na ilusão de que os grandes centros urbanos poderão trazer para si e sua família, melhores dias.

O que acontece, porém, é que ao chegarem às metrópoles, são marginalizados pelo capitalismo selvagem, pois, não há trabalho para os mesmos, conseqüentemente, indo morar nas favelas, não podendo dar estudo adequado aos seus filhos, submetendo-se assim, à marginalidade.

Por via das conseqüências, trazendo inúmeros problemas sociais como: da falta de habitação, segurança, saúde e educação.

Precisamos, com urgência, inverter esta ordem de valores. Por outro lado, com esta propositura, estaríamos aumentando a produção agrícola do Paraná, notadamente com o incentivo, através do pagamento das prestações da "CASA RURAL", com produtos agrícolas.

Neste patamar estaríamos, definitivamente, avançando no processo da

fixação do homem ao campo: Nesta mesma linha de pensamentos e articulações, estaríamos privilegiando os assentamentos no Estado do Paraná - que por não terem ainda a sua terra legalizada do ponto de vista da transcrição imobiliária, ficam excluídos dos financiamentos para construir a sua própria moradia.

É fundamental que se destaque, ainda, o empenho do Governador Roberto Requião no que tange à resolução dos problemas habitacionais do nosso Estado. O que, sem dúvida alguma, será, com certeza, um grande entusiasta na efetivação dessa proposta. Nesse ordenamento de idéias, está aberta a sugestões aos Senhores Deputados, que visem a melhorar esta iniciativa, ganhando assim, para que sirva como verdadeiro instrumento jurídico com vistas a contribuir no equacionamento da problemática habitacional do nosso Estado do Paraná, principalmente, na área agrícola e na área rural do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje trago à esta Casa, aos nobres companheiros, um assunto extremamente polêmico e que vai gerar ainda profundas avaliações por todos nós, responsáveis pela sociedade organizada.

Já timidamente divulgado, sabemos que o Plano do Governo Federal prevê a formulação de um modelo institucional para o setor elétrico. Isto quer dizer que está sendo discutido a nível nacional a reformulação profunda das bases estruturais da indústria de energia elétrica no Brasil.

Essa proposta tem como sustentação a criação de uma empresa única que atuará operando todo o sistema de transmissão, comprando toda energia elétrica dos diferentes produtores, e venderá essa mesma energia às concessionárias distribuidoras e aos grandes consumidores.

Essa proposta está gerando grande controvérsia, porque empresas que têm a função única de distribuir energia elétrica, caso da CELESC, em Santa Catarina, CERJ, do Rio de Janeiro, LIGHT também do Rio, receberiam incremento em suas ações, ao passo que empresas que geram energia, no caso da CESP, de São Paulo, CEMIG, de Minas Gerais, COELBA, na Bahia, e COPEL, no Paraná, aparentemente sairiam prejudicadas. A concessionária de energia paranaense já se manifestou contrária a essa proposta.

Mas, o que se percebe é uma grande preocupação com uma das questões de vital importância para a vida de todos nós que é

a energia elétrica.

Nesse particular é que eu chamo a atenção de todos para os movimentos que estão acontecendo em todos os setores da nossa economia.

E é justamente sobre isso que venho nesta tribuna para enaltecer o trabalho que a empresa SOLFUS Engenharia e Conservação de Energia vem desenvolvendo junto às empresas que têm grandes gastos com energia elétrica em nosso Estado.

Uma pequena empresa paranaense, prestadora de serviços vem aplicando um trabalho sério, digno de registro e aplauso porque com poucos recursos está mobilizando grandes empresas para a conservação de energia. Isto traduzindo em outras palavras quer dizer que, com uso racional de energia, com a simples troca de lâmpadas que consomem muitos quilowatts, com o acionamento de motores de forma ordenada pode-se economizar energia, beneficiando a que todos sejam servidos de forma igualitária.

Mais do que isso, Senhora e Senhores Deputados. A implantação de um plano de conservação de energia nas indústrias significa a redução de gastos com a energia e a redução de custos na fatura de energia elétrica.

A Conservação de Energia nas indústrias vem ao encontro da política implantada pelo Governo Federal e as medidas de racionalização do uso dessa fonte energética em muito virão a beneficiar todos os setores da vida de todos os brasileiros.

Nesse momento quero registrar um voto de aplauso pela iniciativa da SOLFUS Engenharia e Conservação de Energia no momento em que realiza o Primeiro Circuito Empresarial Sobre Conservação de Energia, nas dependências do auditório da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, neste próximo dia oito de abril. Essa iniciativa conta com o apoio técnico da ELETROBRAS COPEL, da CIC/S.A., e das empresas PIRELLI, PHILIPS DO BRASIL, e VOLVO.

São louváveis iniciativas como esta da SOLFUS, porque somente vêm a beneficiar todos os setores da nossa economia.

Por isto convido os Senhores Parlamentares para no próximo dia 08, quarta-feira, se fazerem presentes a este debate sobre "Conservação de Energia" nas dependências do auditório da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - "Ninguém será

mantido em escravidão ou servidão. A escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as duas formas".

Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 4º.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero nesta tarde relatar e nos pronunciar a respeito de fatos ocorridos ou que ocorrem em nosso Estado e que tenho certeza serão de estarrecer os nobres colegas do Plenário desta Casa.

"Aos seis dias do mês de abril de 1992, nesta Delegacia de Polícia, às 18:30 horas, presente o Senhor Evilazio Correia, 1º Suplente de Delegado em exercício, presente o Dr. Nivaldo Brunoni, Promotor de Justiça, compareceu o Sr. Natanael Moura de Douza, conduzido, preso em flagrante por reduzir pessoas à condição análoga à de escravos, flagrado minutos antes na localidade de Paíquerê, em sua fazenda, ora apresentado juntamente com as testemunhas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós pudemos ontem acompanhar este fato no interior do Estado com a presença também do Deputado Paulo Maia e do Deputado Federal Pedro Tonelli.

Nós estamos assistindo o nosso País querendo se projetar, ou querendo os governantes projetar o nosso País para que logo ele esteja no primeiro mundo como dizia o Presidente da República há pouco tempo. Estamos percebendo a situação se dar ao inverso. Se olharmos para a situação econômica do nosso País, se olharmos a situação social do nosso País, se olharmos para todos os lados e em todas as áreas que nós vemos e nós queremos perceber.

Este sistema de política falida, de governos inoperantes é que levam o nosso País a despencar, caindo para baixo ainda, do terceiro mundo como era classificado.

O problema da terra no Brasil é alarmante, a questão da reforma agrária, os problemas fundiários do nosso País é visto de olhos fechados pelos Governantes. Aqui nós temos nos pronunciado muitas vezes sobre a exploração dos trabalhadores rurais, do bôia-fria, do pequeno produtor, daquele que vive da terra e da produção agrícola como um todo, mas muito mais dos pequenos trabalhadores rurais sem terras, bôias-frias, explorados e marginalizados.

Alarmante a situação que se vê hoje do pequeno produtor, agricultor e da agricultura em nosso País. Portanto, não vimos isso se a gente olhar por uma outra ótica por parte de alguns senhores feudais, de alguns senhores de escravos que hoje ainda imperam em nosso País.

Se ouve seguidamente nos jornais nacionais das grandes redes de televisão, e há poucos dias nós ouvimos que em Minas e em outras regiões de São Paulo se apresen-

dava escravos sendo entrevistados na televisão, pessoas que haviam fugido das fazendas que é uma prática normal para muitos fazendeiros, para muitos assassinos de trabalhadores nesse País e nós vimos estarecidos aqueles fatos.

No nosso Estado do Paraná, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu passo a relatar aos Senhores o fato presenciado por nós no dia de ontem. E para introduzir o problema eu quero abordar, quero resgatar um trabalho feito por este Deputado, pela Deputada Emília Belinati e pelo Deputado Mário Bezerra, numa comissão especial que no final do período legislativo do ano passado: nós constituímos aqui neste Plenário e que nós tivemos oportunidade, juntos de participar no Município de Pinhão, no Centro do nosso Estado e de anunciar à opinião pública e está se concluindo um relatório e será apresentado em breve, talvez esta semana a esta Casa, de desmandos, de violência ocorridos naquele Município de Pinhão, quando pistoleiros invadem escolas e atiram em crianças inocentes.

Quando invadem posses de trabalhadores rurais de 30/40 anos, queimam suas casas para expulsá-los e tomar as suas terras. Fatos que estarecem a comissão quando lá estivemos andando pelo interior do Município de Pinhão. Quando se dizia, por comentários, que Pinhão era terra sem lei e se hoje consultarmos isso à sociedade, o povo diz isso.

E agora, Senhores Deputados, pertinho do Município de Pinhão, no Município de Laranjeiras do Sul, na mesma região do Estado, ocorre o fato que as redes de televisão mostraram ontem ao País inteiro, para o Brasil. O fato este que acabei de ler, os autos do Promotor, da prisão do fazendeiro proprietário de escravos no Município de Pinhão.

Esses fatos não são raros. O que nós ouvimos dos Promotores do Município de Laranjeiras do Sul são fatos, Senhores Deputados, que merecem a grande preocupação do Governo do Estado, da Secretaria de Segurança e desta Casa de Leis e todos os Poderes.

Quando nós assistimos, tivemos oportunidade de presenciar uma Senhora trabalhadora morando junto com os porcos no chiqueiro, eu vou falar a linguagem do povo, não vamos enfeitar, dizer pocilga, que é um nome muito bonito, para dizer aonde uma trabalhadora morava ou mora. Morava até ontem, no Município de Laranjeiras do Sul. Onde apenas algumas ripas dividiam a casa da Senhora Sebastiana Almeida dos Santos, com os porcos no chiqueiro ao lado e que neste local esta Senhora vivia com duas crianças, uma de quatro anos e outra de dois meses de idade. E o pior, Senhores

Deputados, estas crianças nasceram naquele local, em cima de alguns trapos, com os esterco dos porcos caindo para dentro do local aonde esta Senhora vivia ao lado.

Num outro paiol, ao lado deste chiqueiro, um outro trabalhador de nome Benor vivia num pequeno cubículo também com algumas pedras e um pedaço de lata em cima, uma chaleira velha, umas tábuas com uns trapos velhos e capim, que o mesmo depõe aqui no seu depoimento, que eram colocados embaixo dos trapos para amaciar um pouco as tábuas. Isto tudo presenciado pelo Promotor de Justiça da cidade, Doutor Divonzir; pela Imprensa; pelos Deputados presentes: Deputado Paulo Maia, Deputado Pedro Tonelli e este Deputado; e com outras pessoas que nos acompanhavam, juntamente com um efetivo policial requisitado pelo Promotor de Justiça para acompanhar essa missão que o Promotor se propôs a fazer.

O fato não pára aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Como é que começa esta história, para que pudéssemos chegar nesse local? Como é que essa história veio a público? Aqui neste Plenário estão presentes três pessoas que fugiram ou que saíram, escaparam desta fazenda, junto com mais 16 pessoas.

Aquela senhora que está ali, de lenço amarrado na cabeça, de 74 anos de idade, aproximadamente há 4 anos aposentada, o senhor Olivir da Silva recebia sua aposentadoria de meio salário mínimo - e agora por último, um salário mínimo - e nunca passou um cruzeiro para ela. Quando ela saiu da fazenda que eles haviam arrumado um serviço, que alguém ia levá-los para o Mato Grosso para trabalhar numa serraria, os filhos saindo, pediram para retirar a velhinha. O senhor proprietário da fazenda ficou com o carnê da aposentadoria, não entregando a ela e ficando como Procurador, recebendo a aposentadoria de uma senhora de 74 anos de idade. E que para pagar o dinheiro que ele recebia da aposentadoria, ele dava a ela alguns pacotinhos de biju, arroz, feijão, por semana.

Aquele outro senhor, de camisa verde, que está ao lado da velhinha, também saiu escapado da fazenda. Ficou lá três anos e mais 4 anos antes numa outra fazenda. Ele teve 4 filhos com a sua esposa e, pasmem, Senhores Deputados, os 4 filhos morreram na fazenda. Ele não tem um filho hoje, dos quatro que teve, todos morreram antes de chegar aos dois anos de idade, por falta de assistência. Ele foi com a esposa - num domingo ou sábado, não me lembro o dia - fazendo 27 quilômetros a pé, a esposa com a criança chorando nos braços, para procurar uma farmácia, sem um cruzeiro no bolso. Não encontrou o farmacêutico e, não tendo outra saída, nem um conhecido, vol-

tou 27 quilômetros a pé, com a criança chorando nos braços.

Voltando à fazenda, foi à casa do proprietário, a esposa do proprietário era curandeira, e ela disse: "Nós vamos curar a criança". A criança morreu alguns dias depois; e mesmo depois de fazer 54 quilômetros a pé, com os pés inchados e machucados, ele teve que, chegando altas horas da noite em casa, no dia seguinte de manhã, ser chamado para ir para o trabalho; cansado, após aquele sacrifício no dia anterior.

Junto com os dois, está mais um senhor, que tem a mesma situação: quatro anos na fazenda sem receber um cruzeiro de salário. O pagamento pelo trabalho dele e da família, com algumas crianças - e isto está declarado aqui em depoimentos - após 4 anos de trabalho, neste período eles não tiveram oportunidade de ir um dia ao mercado, numa loja, fazer compras, nem de roupas e nem de comida, porque nunca tinham dinheiro.

Do local onde eles estavam, até a sede do município, são 60 e poucos quilômetros. Nos 4 anos, eles não estiveram uma só vez na cidade. O pagamento do seu trabalho era de alguns quilinhos de mantimentos, como os da senhora, e algumas roupas, às vezes usadas, que os proprietários entregavam às crianças e a eles. E para sair do local, após terem plantado numa outra área uma pequena rocinha de feijão, um deles que não trabalhava na fazenda, colhendo 6 sacos de feijão, pagou 3 de renda de parceria para o proprietário, mais 2 vendeu ao fazendeiro para pagar a dívida para poder sair da fazenda e, aí, com um saco de feijão sobrou dinheiro para saírem, em 19 pessoas, e procurarem outro local para se abrigarem.

Esses fatos acontecem aqui no Paraná, Senhores Deputados.

O Promotor de Justiça, Doutor Divon-sir, o segundo Promotor, Doutor Nivaldo, têm levantado problemas sérios naquela região do Estado do Paraná, e que englobam outros municípios, além do já citado Pinhão e Laranjeiras, e que são fatos estarrecedores...

O Sr. Paulo Maia - Concede-me um aparte?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Na sequência, Deputado.

Há comentários que nestes locais, há 40 quilômetros do asfalto e mais 20 para chegar na cidade por asfalto, há denúncias de que há naqueles locais - e essas denúncias correm soltas em Laranjeiras - oficinas de desmonte de carros, que há tráfico de drogas e que há outras barbaridades mais. Mas o medo de alguém abrir a boca, de alguém provar qualquer coisa é estarre-

cedor.

Portanto, correm risco de vida essas pessoas que estão se propondo a denunciar estes fatos.

Nós vamos precisar de medidas e providências enérgicas e severas, para que se coíbam este tipo de absurdo que ocorre no Estado do Paraná.

Dizia-me o Promotor: "Não parece que estou no Estado do Paraná".

Concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu me somo às declarações de Vossa Excelência.

De fato, pudemos presenciar ontem, no Município de Laranjeiras do Sul, algo desumano que jamais se esperava que o Estado do Paraná pudesse assistir.

E é bom que se frise aqui que quando Vossa Excelência cita o caso da Senhora Maria Cândida, ela, com a sua aposentadoria de 4 anos, recebeu durante todo este período, apenas 40, 50 mil cruzeiros.

Apenas 40, 50 mil cruzeiros repassados pelo senhor Olivir, o proprietário da fazenda, e nenhuma prestação de contas se fez nesta oportunidade, do dinheiro que ela recebia relativo à aposentadoria.

Um outro fato também profundamente lamentável é que, ao invés de ele repassar a ela o valor da sua aposentadoria, ela a levava a cada 6 meses à cidade, para a renovação, para o recebimento da aposentadoria desta senhora.

E quando, após todo esse período, a família achou por bem reclamar a ele que ele vinha dando comida freqüentemente; e reclamaram que a comida era insuficiente, aí ele dava um pouquinho mais de comida - ainda insuficiente - para a semana; e que quem tinha a responsabilidade de mantê-la alimentada era o seu filho, que está aí ao seu lado (ambos se encontram sentados na Tribuna de Honra da Assembléia), o Senhor Severino, que está de camisa verde.

Então, é um fato lamentável.

E hoje, quando se traz à sociedade o conhecimento de fatos lamentáveis como este, e precisa se deixar frisado, nesta Assembléia, é que estes três cidadãos e mais 16 pessoas estão ameaçados de morte e se retornarem àquela localidade serão mortos, serão executados, porque é um fato inédito o que aconteceu ontem em Laranjeiras do Sul.

Jamais se prendeu fazendeiro. Jamais alguém teve coragem de fazer a denúncia que estes cidadãos fizeram, porque os próprios Promotores daquela cidade estão estarecidos, porque o corpo de jurados jamais condena alguém na localidade, com receio da repressão, com receio da ameaça de morte.

Estão estarecidos porque se tornou uma prática real.

Há poucos dias aconteceu um assalto a um posto do BANESTADO em Nova Laranjeiras. Naquela localidade não há sequer um policial. O bandido assaltou a agência, levou o dinheiro da agência a pé, atravessou o asfalto, roubou um carro próximo ao posto daquela localidade e fugiu em seguida. E ninguém viu.

E este caso, que tomamos conhecimento ontem, poderia ter tido conseqüências maiores ainda. Fomos acompanhados àquela localidade por um corpo de mais de 15 policiais e poderia ter chegado a conseqüências mais impressionantes se não tivesse havido o "dedo-duro" de um cidadão daquela localidade, que percebendo a presença de repórteres, percebendo a presença de pessoas estranhas à localidade, procurou se infiltrar, porque os bandidos mantêm, naqueles locais de freqüentes reuniões, olheiros para saber da movimentação que há com relação a casos semelhantes a estes. E imediatamente avisaram o fazendeiro e avisaram também o seu filho - inclusive fomos quase vítimas de acidentes gravíssimos - porque quando chegamos à fazenda, o filho do fazendeiro - que nos confirmaram lá que estava envolvido nestes desmanches de carros - este cidadão, com um Volks quase atropela toda a caravana, não atendeu a ordem policial de parar o seu veículo, e como o carro teve problema mecânico, ele e mais o seu acompanhante abandonaram o carro e se embrenharam mata adentro, não sendo encontrados.

E a coisa é tão bem montada, que assim que o senhor Olivir (sic) chegou à fazenda, sem contato com o advogado ou outra autoridade qualquer, imediatamente chegaram lá dois advogados para fazer-lhe a defesa. Imediatamente. Sem que ninguém soubesse que nós estávamos lá, sem que a sociedade soubesse. Apenas houve o caso deste taxista que foi entregar a nossa visita ao fazendeiro, ao seu filho, para que fugissem daquele local.

E outro fato que precisa se registrar e que parece estarrecedor, isto o que foi colocado. Esta senhora mora junto ao local do chiqueiro, onde são lavadas as maternidades e toda aquela sujeira passa ao lado de onde ela mora, com as crianças. E, naquele momento, quando verificávamos qual a comida que aquela senhora tinha para alimentar seus filhos, para nossa surpresa, Senhores Deputados, a comida que se encontrava na panela daquela senhora era a mesma que estava sendo servida aos porcos! A mesma que estava sendo servida aos porcos! Mas, há um condicionamento psicológico tal em cima desta senhora, que ela ainda faz a defesa deste cidadão.

E não é segredo, não é segredo, e isto nós queremos que a Assembléia Legislativa do Paraná denuncie, que a Assembléia Le-

gislativa do Paraná tome conhecimento, assim como toda a sociedade, de que não há nenhum segredo e os próprios Promotores trouxeram ao nosso conhecimento, de que os bandidos que assaltam os ônibus de turismo, que assaltam carros e fazem os desmanches, são todos de conhecimento das autoridades! Tanto policiais militares quanto civis, e nenhuma ação existe para se coibir este tipo de aberração naquela localidade! É de conhecimento da comunidade. Sabe-se quem são os assaltantes de ônibus. Sabe-se quem são os ladrões. Sabe-se quem são os fazendeiros que praticam este tipo de escravidão, mas a sociedade tem medo e as próprias autoridades constituídas têm conhecimento e em momento algum fizeram qualquer medida mais efetiva para coibir tamanhas aberrações como há na região visitada ontem.

Inclusive nos disseram que o que estávamos vendo era um pouco do muito que havia às escondidas naquela localidade. Por isso eu acho que Vossa Excelência faz um relato minucioso bastante sério e com certeza a partir deste momento, quem sabe esta região do Estado do Paraná, assim como outras, terão a atenção das autoridades constituídas do Estado do Paraná.

Era só, Excelência.

Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Agradeço ao Deputado Paulo Maia, que complementa os dados aqui trazidos por nós.

Só para complementar os dados dos carros: os policiais verificando um fusca na garagem da sede dessa fazenda, as placas de um fusca eram as placas de um carro roubado anteriormente, que esse carro a Delegacia já tinha conhecimento e esse carro com a placa que não era do mesmo, estava neste local.

Quero só relatar aqui, Senhores Deputados, um resumo rápido de alguns dos depoimentos levantados aqui, ditos aqui... e esta cópia que temos aqui, antecipadamente quero lhes informar que é a cópia do inquérito aberto ontem, quando até aproximadamente nove horas, nove e trinta da noite, nós estávamos junto com os dois Promotores e a Polícia Militar na Delegacia. O próprio Delegado suplente que no momento acompanhava, nos dizia em "off" de que casos como estes acontecidos aqui, que ele estava presenciando, devem existir em todas as fazendas no Município de Laranjeiras.

E alarmante quando se ouve das próprias autoridades, mas que não têm como chegar ao ponto, não há segurança, não há condições. A Delegacia de Polícia Senhores Deputados, de Laranjeiras do Sul, nós vimos eu presenciei um fato lá igual ou pior talvez, do que o caso da Senhora

comendo a comida dos porcos, o que eu vi lá foi o seguinte: os mantimentos que a Delegacia compra para fazer comida para os presos, dois sacos de repolho e mais algumas coisas, estavam depositados no banheiro, no banheiro que alguns presos usam, numa repartição no corredor do banheiro estava no depósito de alimentos que são feitos para os presos.

Nós ouvíamos dos policiais militares e também dos policiais civis; um policial dizia para nós: "sabe Deputado que a minha vida vale cinco cruzeiros. Eu tenho um seguro, uma gratificação pela insalubridade pela insegurança, não sei qual é a forma que ele diz lá pelo seu trabalho de cinco cruzeiros por mês. O nosso salário... façam alguma coisa por nós."

Ouvíamos isso de quatro, cinco policiais dos próprios policiais civis. E um policial dizia para nós, dizia para mim: "Deputado esta Delegacia aqui, a solução para ela, tinha que colocar uma bomba explodir isso aqui e fazer uma Delegacia em Laranjeiras do Sul. É um absurdo a segurança do Município". Isto que um Promotor colocava para nós que depois que foi para lá menos de um ano, exigiu, requisitou um efetivo policial militar e também civil, porque a Delegacia não tinha nem Delegado; só tinha um suplente e não tinha nem policiais civis para trabalhar no Fórum, tinha apenas um escrivão e que após ele ter assumido aquela Comarca, a Promotoria, eles exigiram um policiamento em condições para poder trabalhar.

Numa cidade que acontece isso que nós estamos percebendo, vendo aqui com os nossos olhos, e não há segurança e não há condição da Polícia ter condições de trabalhar.

Eu gostaria de ler aqui dois depoimentos estaremcedores das pessoas, mas infelizmente nosso tempo não vai permitir, mas queremos dizer aos Senhores Deputados, para concluir, que este caso no nosso País é sério; há denúncias de que infelizmente, o Paraná está dentro desses números e que acrescentará agora ainda mais, com este fato concreto, fora os que não estão denunciados em Laranjeiras do Sul e na região Centro do Paraná, há denúncias escritas aqui que nos últimos anos mais de 8.000 trabalhadores, no Brasil, foram constatados, averiguados e denunciados como trabalhadores em regime de escravidão.

Eu agradeço ao Deputado Rafael Greca, Presidente, que nos concede o Horário do PDT para nós concluirmos a nossa exposição aqui.

E eu quero, para encerrar, ler dois depoimentos para que fique registrado nesta Casa, e isto retirado de autos do inquérito instaurado e também do flagrante ontem, naquele município.

"A Senhora Sebastiana Almeida dos Santos declara que trabalha para o Sr. Olivir da Silva aproximadamente há 7 anos e neste período nunca recebeu pagamento em espécie pelo seu trabalho, que em troca, a declarante recebia mantimento para si e para seus dois filhos e também remédios. Que os mantimentos eram constituídos em arroz, feijão, leite, trigo, carne, pão, etc.

A declarante trabalhava limpando chiqueiro de porcos, e também das vacas e galinhas. A declarante não tinha horário de serviço mas que estava sempre à disposição para quando precisassem.

Que há aproximadamente um ano, vem morando ao lado do chiqueiro onde se criam os porcos, e que tem apenas uma parede dividindo o chiqueiro, sendo que no local onde mora a declarante, não há banheiro sendo apenas uma peça, sem assoalho. Os dois filhos da declarante moram junto, sendo que um tem aproximadamente 2 meses de idade e outro 4 anos. A declarante deu a luz, ela declara, que deu a luz aos seus filhos no próprio local onde reside, mais precisamente somente um dos filhos não foi chamado médico, quem a auxiliou durante o parto, no chiqueiro foi a dona Diva, mulher do Sr. Olivir.

Depoimento do Senhor Reinaldo Mediski: "Diz o declarante que trabalha para Olivir da Silva e seu filho Ivo há aproximadamente seis meses, que nesse período nunca recebeu pagamento em espécie, mas que recentemente fez um acerto de contas, recebia apenas mantimentos semanalmente, e que no período de seis meses fez o acerto de contas e ficou devendo a quantia de 20 mil cruzeiros para o Sr. Olivir da Silva: "Por seis meses de trabalho recebeu apenas a comida e ficou devendo, nos seis meses de acerto de contas.

Ele apresentou ao Promotor os gastos que ele fez na casa do proprietário, que, segundo ele lá tem um armazénzinho que fornece os alimentos, ficou devendo vinte mil cruzeiros, e o mesmo não tem Carteira de Trabalho assinada e trabalha das 6 horas da manhã às 18:30 horas da tarde."

O fazendeiro também depõe aqui, o tempo não nos permite ler o seu depoimento, mas perguntado sobre a forma de pagamento de salário do Sr. Reinaldo, o interrogado responde que nada tem a dizer.

Perguntado sobre se o Sr. Severino Veloso, Sebastião Soares de Cândido, José Soares de Cândido, Maria de Fátima Veloso e outros trabalharam para o mesmo ele responde que os mesmos moravam nas proximidades mas que não eram seus empregados.

Perguntado sobre se ele sabia, se ele reconhecia ou entendia que isto era prática de crime, se isso era crime reduzir as pessoas à condição análoga de escravos, o mesmo responde que nada tem a

declarar.

São fatos, Senhores Deputados...

Eu já estou concluindo, Senhor Presidente.

O fazendeiro foi preso e foi colocado na prisão ontem à tarde e nós esperamos que se tomem as medidas necessárias para incriminá-lo, e vamos propor aqui, amanhã, Senhor Presidente, porque nós chegamos desta tarefa hoje, aproximadamente às 4 horas da manhã aqui em Curitiba e estaremos aqui apresentando amanhã, nesta Casa, um requerimento para que se constitua oficialmente nesta Casa, uma Comissão Especial para que nós possamos, como o exemplo do Município de Pinhão, averiguar esses casos naquela região - no Município de Laranjeiras, mais precisamente - que está denunciado que há inúmeros outros casos, levando talvez até lá, o Ministério do Trabalho, levando essas denúncias como vamos fazer amanhã cedo, ainda, já numa audiência marcada com o Senhor Secretário de Segurança para que esta Casa participe e ajude tomar medidas necessárias de segurança para estas pessoas e que se coíbam este tipo de crime no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Findo o Horário das Lideranças.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 141/92, subscrito pelo Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 1º do corrente mês, filiou-se ao PL, deixando de fazer parte da Bancada do PMDB. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei autorizativo, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, devidamente apoiado, constante do expediente. - A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia para a sessão de hoje. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/92, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17, de 18.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 060/92

PARECER:

O Projeto de Lei nº 060/92, de autoria do nobre Deputado Antônio Costenaro Neto, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul.

Constatamos que o projeto em tela encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação vigente, inexistindo óbice algum, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa do autor nos convence plenamente de sua oportunidade, razões pelas quais somos de parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOAO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS NATURAIS - ABIANI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 058/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos Naturais - ABIANI, com sede nesta Capital.

O projeto está elaborado em conformidade com os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justifi-

cado.

Da mesma forma atende às especificações contidas na Lei nº 6994, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/92, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública a IGREJA EVANGÉLICA MISSIONÁRIA SÓ O SENHOR É DEUS, com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 054/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 054/92, de autoria do nobre Deputado Colombino Grassano, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a entidade denominada Igreja Evangélica Missionária SÓ o Senhor é Deus, é uma entidade com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Conforme o que estabelece o Estatuto da referida entidade, é exclusivamente religiosa e assistencial, não visa lucro.

Da análise proferida, não foi encontrado óbice tanto de natureza legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tal fato emitimos o nosso parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/92, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DIAMANTE DO NORTE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 14, de 12.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 051/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Arlindo

Troian, o Projeto de Lei nº 051/92, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Diamante do Norte, na cidade de Diamante do Norte.

Da análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de natureza regimental, legal ou constitucional, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE EMANUEL, com sede e foro no município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11, de 09.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 036/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dobrandino da Silva, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Emanuel, com sede e foro no município de Cascavel.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/92, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL e AMBIENTAL DE ROLÂNDIA, com sede e foro no Município de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 24.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 028/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Eurides Moura, declara de Utilidade Pública a Associação de Preservação do patrimônio Histórico, Cultural e Am-

biental de Rolândia.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, nada havendo que possa impedir sua tramitação normal neste Poder.

Em face disto, é favorável nosso parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 6517, de 02.01.74, nele incluindo os municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 171, de 16.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 604/91

P A R E C E R:

O autor visa incluir, no texto do art. 2º da Lei nº 6517, de 02.01.74, que instituiu a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, mais três municípios.

Esta lei que se pretende alterar, instituiu a COMEC e menciona os municípios que ela atenderia.

Em anexo, estamos juntando emenda modificativa corretiva, para aperfeiçoar a redação.

Opinamos pela sua aprovação e consequente sequência regimental.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 604/91

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 6517, de 02 de janeiro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O território da Região Metropolitana é área contínua constituída dos atuais municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba, Balsa Nova, Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 25.03.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/91, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que dá nova redação ao Art. 10 da Lei 8933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - (Publ. no D.A. nº 161, de 03.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 563/91

P A R E C E R:

A Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1991, está sendo objeto de inúmeras alterações que deverão ser efetivadas através do projeto de lei encaminhado a esta Casa pela Mensagem Governamental nº 113/91, de 05 de novembro de 1991.

A proposta legislativa em exame tem a mesma finalidade e, por certo, contribuirá para aprimorar ainda mais os objetivos do Poder Executivo, motivo pelo qual somos pela sua aprovação.

Outrossim, e considerando que o projeto em estudo atende os preceitos constitucionais vigentes, entendemos prudente e oportuno sugerir ao seu nobre autor que providencie, na forma regimental, o seu apensamento àquele oriundo da mensagem governamental, propiciando um exame conjunto por parte do douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 563/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade dar nova redação ao art. 10 da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS).

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
ALCEU SWAROWSKI
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, com apoio dos Senhores Deputados Colombino Grassano, Ernani Pudell, Paulo Maia e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 593/91.- Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 563/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza o Poder Executivo a pagar integralmente a Regência de Classe devida aos professores das aulas especiais de Treinamento Técnico Desportivo da Rede Estadual de Ensino. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148, de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 510/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que autoriza o Poder Executivo a pagar integralmente a Regência de Classe devida aos professores das aulas especiais de Treinamento Técnico Desportivo da Rede Estadual de Ensino.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

Tendo em vista o caráter meramente autorizatório do presente, nada há que obste sua tramitação.

Desta forma, opino favoravelmente à tramitação do mesmo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
COSTENARO NETO
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 510/91

P A R E C E R:

SOMULA: Autoriza o Poder Executivo a pagar integralmente a Regência de Classe devida aos professores das aulas especiais de Treinamento Técnico Desportivo da Rede Estadual de En-

no.

O Plano de Lei, em espécie, logrou PARECER FAVORÁVEL da CCJ.

Preenchendo requisitos legais e regimentais, não vemos óbices à sua normal tramitação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
ALCEU SWAROWSKI
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 510/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a pagar integralmente a Regência de Classe devida aos professores das aulas especiais de Treinamento Técnico Desportivo da Rede Estadual de Ensino.

O referido Projeto obteve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Considerando-se que não há impedimento legal ou regimental, no âmbito desta Comissão opinamos FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta por ser esta, justa e merecida reivindicação dos professores da Rede Estadual de Ensino.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI
Presidente
BÁSILIO ZANUSSO
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que autoriza o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pitanga, o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148, de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 509/91

P A R E C E R:

Trata-se de projeto autorizatório, em que o autor propõe autorizar o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pitanga, área de 3.510 m², que recebeu do próprio Município, através de Lei Municipal, para construção de unidade militar, com cláusula para concluir esta obra em um ano.

Tal não aconteceu e agora, o imóvel se presta a um novo projeto, ou seja, a construção de 75 unidades habitacionais.

Em nada fere qualquer dispositivo le-

gal, razão que nos leva a opinar favoravelmente à sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 509/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 509/91, de autoria do Deputado Renato Adur, autoriza o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pitanga uma área de 3.510 metros quadrados, imóvel que foi cedido ao Estado do Paraná pela Prefeitura de Pitanga para construção do prédio da Companhia da Polícia Militar em Pitanga. O prazo de construção foi de 01 (um) ano, fato que não ocorreu.

A Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente ao referido Projeto.

Sob o ponto de vista desta Comissão, não há óbice para que o Projeto de Lei 509/91 tramite normalmente e seja aprovado por esta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

JOSE ALVES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/91, de autoria dos Deputados DALTON MACHUCA e ADEMAR LUIZ TRAIANO, que altera a redação do Artigo 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989. (ICMS). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. e contrário da C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 130, de 09.10.91).

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 465/91

P A R E C E R:

De autoria dos Ilustres Deputados Dalton Machuca e Ademar Luiz Traiano, o Projeto de Lei em tela "Altera a redação do Artigo 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, referente ao ICMS".

A presente proposta foi encaminhada a esta Comissão para ser analisada, verificando-se assim, que a matéria não encontra-se devidamente instruída constitucionalmente, ferindo os preceitos legais: artigo 155, § 2º, incisos IV e VI, da Constituição Federal.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, manifesta-se contrária, opinando-se pela REJEIÇÃO do Projeto em questão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.03.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, com apoio dos Senhores Deputados Colombino Grassano, Albino Corazza, Ernani Pudell e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 465/91.- Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão e votação por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 465/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/91, de autoria do Deputado NILTON CÉSAR SERVO e OUTROS, que cria adiantamento salarial para servidor público visando prover despesas com medicamentos. Com PARECERES CONTRÁRIOS da CCJ, CF e CSP, por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 129 de 08.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 460/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton César Servo e de outros Parlamentares, o presente Projeto de Lei visa dar direito a um adiantamento salarial para provimento de despesas com compra de medicamento aos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Sem nos atermos ao aspecto meritório do mesmo, mas apenas ao aspecto de sua constitucionalidade, temos a ressaltar os seguintes tópicos:

I - A matéria em questão fere o "Princípio da Tripartição dos Poderes do Estado" tão difundido na obra do célebre estadista e filósofo francês Montesquieu sobre o tema (Espírito das Leis - 1748).

II - Este mesmo princípio encontra-se defendido tanto na Constituição Federal (art. 2º), como na Constituição Estadual (art. 7º), onde encontra-se vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições, salvo exceções.

III - Cada um dos poderes é independente do outro, embora harmônicos entre si. Esta independência abrange a área administrativa e de controle interno. Assim sendo, somente ao Chefe de cada um destes poderes caberá iniciativa da matéria contida no presente Plano de Lei, como podemos deduzir dos artigos da Constituição Estadual:

a) art. 66, inc. II - que cita ser da

iniciativa privada do Governador a lei que disponha sobre servidores públicos do Poder Executivo.

b) art. 54, incs. III e IV - cita da competência privativa da Assembléia Legislativa dispor sobre sua organização, funcionamento e da administração indireta sob sua vinculação (incluindo-se aí, logicamente, seu Quadro de Pessoal).

c) art. 98 - cita que o Poder Judiciário tem assegurado autonomia administrativa e financeira. E no seu Parágrafo Único diz que no Tribunal de Justiça haverá um órgão especial, integrado pela cúpula diretiva para o exercício de atribuição administrativa.

Assim sendo, pelo acima exposto, somos compelidos, pela inconstitucionalidade da matéria, a nos posicionar contrariamente à sua aprovação.

E o parecer contrário.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 460/91

P A R E C E R:

A presente proposta de autoria do nobre Deputado Nilton César Servo, objetiva criar adiantamento salarial para servidor público visando prover despesas com medicamentos, estendendo aos funcionários dos três Poderes - Executivo, Judiciário e Legislativo.

Sob a análise desta Comissão de Finanças verifica-se que por tratar-se de matéria inconstitucional, conforme parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, e ferindo os dispostos nas prerrogativas de que proposição que alterem as despesas do Estado, exceto a orçamentária, é de exclusividade do Senhor Governador, somos de parecer contrário à tramitação dentro desta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 460/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nilton Servo, tem por finalidade criar adiantamento salarial para servidor público visando prover despesas com medicamentos.

A matéria fere preceito constitucional

por ser assunto cuja iniciativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Como a medida proposta, embora seja de elevado mérito e alcance social, exige uma clara manifestação do Poder Executivo sobre sua viabilidade financeira.

Nestas condições, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.91

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, esse Projeto eu gostaria que Vossa Excelência permitisse recomendar o voto contrário por ser flagrantemente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam os Pareceres das Comissões Técnicas que rejeitam o Projeto, conservem-se como estão.

Rejeitado o Projeto nº 460/91.

VOTAÇÃO EM

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA - OF. nº 35/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. EMENDA MODIFICATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS EM 2ª DISCUSSÃO.

O Projeto de Lei 002/92 fica com a votação adiada para a Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 397, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Deferido.

Requerimento de nº 396, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 366, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 376 de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 394, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 364, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 393, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 363, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 342, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 368, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 358, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado.

A Mesa examinará o Requerimento e dará o despacho amanhã. Informação da Mesa é que a aprovação, ou a rejeição desse Requerimento interessa à instalação da CPI do BADEP. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

Requerimento de nº 338, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 347 de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 391, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 382, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 340, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 335, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 349, 348 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 341, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, registro o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

Requerimento de nº 352, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 353, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 400, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 360, 361, 362, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 369, 370, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 367, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Questão de Ordem) - Artigo 20 do Regimento, Senhor Presidente.

Quando cheguei a esta Casa perguntei como é o Presidente Anibal. Então me disseram: "Você conhece Ulysses Guimarães? O Presidente Anibal é o Ulysses Guimarães da Assembléia Legislativa".

Pois bem. Ulysses Guimarães foi o grande condutor da Constituinte. Foi o Presidente do Congresso Constituinte que fez a travessia democrática. Graças ao Ulysses Guimarães temos hoje a Constituição de 88 aprovada. Temos um País em plena Democracia.

Mas Ulysses Guimarães conduziu a Constituição e aprovou também muita coisa que queria aprovar, igualmente com a rapidez que Vossa Excelência imprime nesta Assembléia. E fez desta Assembléia reconhecida em todo o Brasil, no ano de 91, como a mais produtiva em seus trabalhos. Isto

queremos reconhecer aqui, Senhor Presidente:

Mas estou vendo que a coisa é diferente. Não é o Anibal que é o Ulysses Guimarães da Assembléia, eu acho que é o Anibal da Assembléia Nacional Constituinte. Eu diria até Presidente não fosse Vossa Excelência mais jovem eu diria que, Vossa Excelência foi professor de Ulysses Guimarães. Então o fundamento da nossa Questão de Ordem, Presidente, é que pelo menos o número dos projetos a gente consiga ouvir, não sei se eu sou também um pouco surdo, talvez, mas a gente consiga ouvir pelo menos o número dos Projetos, se foi aprovado ou não. É esta a minha questão de Ordem e o meu pedido final, Presidente.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou procurar ser mais audível.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - (Questão de Ordem) - Com relação a mesma questão levantada pelo Deputado Trevisan, eu quero dizer a Vossa Excelência que a rapidez e a inversão da pauta foi tanta, que nós queremos registrar embora agora, o voto contrário da Bancada do PT no Projeto 604/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 604/91. Trata-se de matéria vencida, mas nós vamos anotar o voto contrário da Bancada do PT ao referido Projeto.

Requerimentos de n°s 377, 378, 379, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 380, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 381, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 383, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 387, 388, 389, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 339, 392, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 371, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 365, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/92

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 509, 510, 604/91 e 028, 036, 051, 054, 058, 060/92.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Lourenço Fregonese, Nelson Justus, Mário Bezerra, Antônio Costenaro Neto, João Iensen, Ovídio Constantino, Emília Belinati e Rafael Greca de Macedo. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei Complementar n° 431/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. O Deputado Mário Bezerra, requer que se complete as informações já pedidas com referências a este Projeto - Deferido; 2) Projeto de Lei n° 67/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - Aprovado; 3) Projeto de Lei n° 53/92 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. O Deputado Relator, Nelson Justus, requer diligência - Deferido; 4) Projeto de Lei n° 312/91 de autoria dos Deputados Algaci Túlio e Emília Belinati. Aprovado o Parecer com o Substitutivo Geral do Deputado Rafael Greca de Macedo; 5) Projeto de Lei n° 501/91 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese; 6) Projeto de Lei n° 36/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 7) Projeto de Lei n° 61/92 de auto-

ria do Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Relator, Valdir Rossoni, requer diligência - Deferido; 8) Projeto de Lei nº 42/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 9) Projeto de Lei nº 32/92 de autoria do Deputado Nilton Servo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 10) Projeto de Lei nº 60/92 de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - Aprovado; 11) Projeto de Lei nº 51/92 de autoria do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - Aprovado; 12) Projeto de Lei nº 54/92 de autoria do Deputado Colombino Grassano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - Aprovado; 13) Projeto de Lei nº 28/92 de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - Aprovado; 14) Projeto de Lei nº 22/92 de autoria do Deputado Orlan-

do Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - Aprovado; 15) Projeto de Lei nº 413/91 de autoria do Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati, com substitutivo geral. Aprovado; 16) Projeto de Lei nº 58/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães. Aprovado; 17) Projeto de Lei nº 63/92 de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães. Aprovado; 18) Projeto de Lei nº 55/92 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(a) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
ANA LÓCIA ANDRETTA
Secretaria